REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XIX - NÚMERO 107 - BIMESTRAL - 2023
www.ibefrio.org.br

Claudia Goldin, Prêmio Nobel de Economia 2023

Estante: Ellon Musk, de Ashlee Vance

Guilherme Champs: AIs ganham confiança do regulador

Felipe Dias: Fundos de investimentos e a nova tributação

Norma Mosic: A comunicação, o talento e os novos líderes

IBEF
Rio de Janeiro

tremdo
corcovado.rio
Venha viver essa emoção!
Horário de funcionamento:
De seg. a sex.(exceto feriado): 8h às 17h
Sáb. dom. feriados: 8h às 18h
@tremdocorcovado.rio
www.tremdocorcovado.rio
Rua Cosme Velho, 513 - Cosme Velho
Seu passeio começa aqui:

Editorial

Boas Festas

A **Revista IBEF** número 107 chega a Dezembro 2023 agradecendo aos leitores, colaboradores, executivos, empresários e em especial aos nossos apoiadores e anunciantes.

Destacamos os executivos que foram capa da **Revista IBEF** nesse ano: Savio Neves, diretor do Trem do Corcovado; Taiana Jung, sócia da Logos Consultoria; Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico da Cidade do Rio de Janeiro; Enio Verri, diretor da Itaipu Binacional; Natalie Sequerra e Guilherme Leal, sócios do Graça Couto Advogados e Claudia Goldin, Prêmio Nobel de Economia 2023.

Boa leitura!

Marcos Chouin Varejão - Dezembro 2023

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

OPINIÃO.....2
Guilherme Champs: Sem pecha, AIs ganham confiança do regulador.

CAPA.....3
Claudia Goldin, Prêmio Nobel de Economia 2023.

NACIONAL.....4
Revisitando a Lei de Okun para a economia brasileira.

NACIONAL.....6
ANPD divulga modelo simplificado para o tratamento de dados em Pequenas Empresas.

NACIONAL.....8
Stellantis confirma plano de investimentos e novo modelo ao governador do Rio de Janeiro.

INTERNACIONAL.....10
1ª transação Yuan X Real.

INTERNACIONAL.....11
Unicórnio americano desembarca no Brasil para reduzir fraudes.

NACIONAL.....12
Assessoria jurídica desde o início?

NACIONAL.....13
SP+Digital: cidade de São Paulo reconhece o trabalho dos influenciadores digitais.

NACIONAL.....14
Há 70 anos, Getúlio Vargas criava a Petrobrás.

OPINIÃO.....19
Guilherme Champs e Gabriel Amon: Aprovado no Senado o "Marco Legal do Stock Option".

NACIONAL.....20
ZF inicia fornecimento seriado de produtos para primeiro ônibus elétrico fabricado no Brasil.

OPINIÃO.....22
Felipe Dias, Gustavo Arbach e Lucas Bizzo: Fundos de investimentos - nova tributação e regulação.

DAY TRADE.....24
Coluna de informação.

NACIONAL.....25
53% dos brasileiros dizem estar otimistas com as finanças em relação aos últimos anos, revela Serasa.

SAÚDE.....26
Transtorno bipolar: A importância da conscientização sobre como a doença se manifesta.

ESTANTE.....27
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....28
Norma Mosic: Fortalecendo Vínculos - A comunicação dos novos líderes no desenvolvimento de talentos e na construção de uma cultura sólida.

NACIONAL.....30
25 anos sem crises bancárias.

NACIONAL.....32
Proteínas ocupam quase metade de tudo que é consumido pelo brasileiro.

Sem pecha, AIs ganham confiança do regulador

*Guilherme Champs**

Passados mais de dez anos da última norma regulatória da atividade dos Assessores de Investimento (AI) — atual 16/21 antiga 497/11 —, fruto de um momento conturbado do mercado de capitais (pós o crash mundial de 2008 iniciado pela crise do subprime americano) que "determinava" que o profissional era por si só dotado do máximo conflito de interesse, o mercado foi, de certa forma, surpreendido com a tão aguardada RCVM 178 e 179, publicada em 14 de fevereiro e que entra em vigor a partir de junho, que permite, dentre diversos avanços a multivinculação dos AIs a mais de uma instituição financeira/intermediário, a possiblidade de ter em seu quadro societário outros sócios não necessariamente assessores certificados, inclusive sócio investidor em suas múltiplas facetas, organizar-se sob qualquer forma societária permitida em Lei, além de importantes ajustes na transparência e dever informacional aos investidores. Aliás, este último tópico mereceu importante destaque em texto exclusivo (RCVM 179) e deu a tônica de como o regulador se preocupará cada vez mais com a real transparência da indústria de investimentos perante os investidores.

Da atual regulação, quase nada sobrou. Também pudera, segundo dados oficiais da B3, CVM e Ancord, atualmente o mercado de capitais brasileiro reúne mais de 4,5 milhões de CPF's cadastrados na bolsa ante aproximadamente 800 mil em relação a 2011, além de aproximadamente 22 mil assessores ante menos de 5 mil pós edição da norma em 2011. Enfim, um mercado que experimentou crescimento substancial e atraiu novos *players* e deve crescer acima dos dois dígitos pelos próximos anos. Para se ter uma ideia, nos EUA atualmente a profissão de *advisor* financeiro (lá se equivaleria à figura do Consultor e Assessor juntos) tem aproximadamente 400 mil profissionais habilitados. Ou seja, aproximadamente 1 *advisor* para 800 habitantes, que em comparação ao Brasil tem 1 assessor para 9,7 mil habitantes.

Vale dizer, saímos de uma pecha de conflito aparente para um voto de confiança do regulador brasileiro para que esses profissionais, agora reconhecidamente empresários, dotados de real autonomia, pavimentem ainda mais a importante estrada do mercado de capitais nacional. Afinal, em boa hora, prestigiou-se aquele que é responsável por democratizar o acesso do cidadão comum a um mundo novo de possibilidades e opções dentro do mercado financeiro, ainda extremamente bancarizado e dominado por poucas instituições financeiras. Estima-se que no país cerca de 90% das reservas financeiras para investimento estão custodiadas nas tradicionais instituições bancárias. Ainda é cedo para se dizer como serão os próximos 10 anos, o fato é que com a liberdade conferida pelo regulador, espera-se um mercado de capitais cada vez mais pujante, democrático e capilarizado, traduzindo em maiores e melhores oportunidades para todos os investidores.

** Sócio fundador do Champs Law, escritório especializado em mercado financeiro de capitais, e já assessorou mais de 300 empresas de assessoria de investimento.*

Claudia Goldin, Prêmio Nobel de Economia 2023

O Prêmio Nobel de Economia 2023 foi concedido a economista norte-americana Claudia Goldin, "por ter avançado na compreensão dos resultados das mulheres no mercado de trabalho", afirmou a Academia Real de Ciências da Suécia, quando do anúncio de prêmio. Ela é apenas a terceira mulher a receber o Nobel de Economia: antes dela, Elinor Ostrom foi a vencedora em 2009 e Esther Duflo em 2019.

Os organizadores do Nobel afirmam que Claudia "apresentou o primeiro relato abrangente sobre os rendimentos das mulheres e a participação no mercado de trabalho ao longo dos séculos", descobrindo fatos novos e surpreendentes sobre os papéis históricos e contemporâneos das mulheres nesse ambiente. As limitações impostas às escolhas das mulheres, historicamente e hoje, pelo casamento e pela responsabilidade pelo lar e pela família, estão no centro das análises e modelos explicativos de Claudia.

Segundo a pesquisa da professora de Harvard, o casamento é fundamental para entender a desigualdade de genêro no mercado de trabalho. A participação das mulheres casadas diminuiu com a transição de uma sociedade agrária para uma economia industrial no início do século XIX, mostrou Claudia.

Com a industrialização, há uma reparação entre o local do trabalho e o da moradia, ou seja, o público e o privado. Quando o trabalho deixou de fazer parte do negócio da família, as mulheres casadas foram deixando de trabalhar. No início do século XX, 20% das mulheres tinham trabalho remunerado. Entre as casadas, esse percentual era de apenas 5%, segundo dados coletados pela pesquisadora. "Nunca teremos igualdade de gênero (no trabalho) até que tenhamos equidade entre os casais", disse Claudia ao New York Times, após saber que tinha recebido o Nobel.

A presença das mulheres voltou a crescer com o avanço do setor de serviços no início do século XX. No entanto, quando elas voltaram para o mercado de trabalho, com crianças já crescidas, as oportunidades que apareciam refletiam decisões de carreira que elas tinham tomado até 25 anos antes. Essa lacuna limitou as escolhas femininas.

O advento da pílula, na década de 1970, foi um marco, já que permitiu às mulheres ter um planejamento familiar. Ainda assim, a maternidade reforçou a diferença de gênero. AS dinâmicas ainda presentes no mercado de trabalho tendem a dificultar a ascensão profissional das mães.

As mulheres são sub representadas no mercado de trabalho global e, quando participam, ganham menos que os homens. Claudia analisou arquivos e coletou mais de 200 anos de dados, o que lhe permitiu demonstrar como e porque as diferenças de gênero nos rendimentos e nas taxas de emprego mudaram ao longo do tempo, segundo a Academia Sueca.

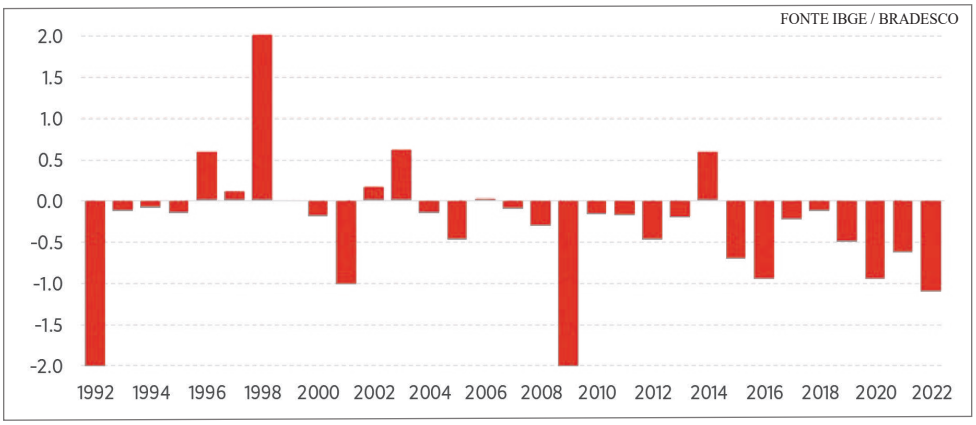
Diferentemente dos outros prêmios Nobel, o de Economia não foi estabelecido no testamento de Alfred Nobel de 1895, mas pelo Banco Central sueco em sua memória. O primeiro vencedor foi escolhido em 1969. No ano passado, o prêmio foi concedido ao ex presidente do Federal Reserve (Banco Central dos EUA), Bem S.Bernanke, e dois economistas dos Estados Unidos, Douglas W.Diamond e Philip H.Dybvig, por estudos sobre bancos e crises financeiras.

Revisitando a Lei de Okun para a economia brasileira

◆ No início dos anos 60, Arthur Okun descreveu empiricamente a relação entre produto e desemprego, no que ficou conhecida como a "Lei de Okun". Nos anos seguintes, a Lei de Okun ganhou diversas versões alternativas, com a inclusão de outras variáveis potencialmente relevantes e com a aplicação da relação para diversos países, inclusive para o Brasil. Neste texto, analisamos a relação entre produto e desemprego sob a ótica da Lei de Okun para os últimos anos e para nossas projeções para a economia brasileira neste e no próximo ano.

◆ Aplicamos três versões da Lei de Okun para os dados anuais da economia brasileira. A primeira é a tradicional versão de hiato, que estabelece uma relação entre o hiato do emprego e o hiato do produto. A segunda, conhecida como a versão de "diferença", relaciona a variação do desemprego e do PIB. E a terceira, levando em consideração o reduzido nível da taxa de participação, estimamos a relação com a taxa de ocupação ao invés da taxa de desemprego para tentar limpar possíveis efeitos transitórios.

Gráfico 1: Coeficiente de Okun para a versão de diferença. Aplicação anual



◆ Em resumo, a Lei de Okun aplicada para a economia brasileira permanece válida, mesmo após o período pandêmico. Nossas projeções para o PIB e desemprego se encontram relativamente compatíveis com os coeficientes de Okun encontrados nesta análise. Ainda assim, cabe destacar que o forte crescimento do PIB e a expressiva queda do desemprego observados no curto prazo, não acompanhados de pressões inflacionárias relevantes, constituem indícios de aumento do produto potencial, visão que é corroborada tanto pela versão de diferença e de diferença com taxa de ocupação da Lei de Okun. Nossas projeções para o crescimento do PIB são de 2,7% e 2,0% para 2023 e 2024, respectivamente, e de 4,8% e 3,6% para o IPCA desses períodos.

Vale levar em conta a dinâmica recente inesperada da taxa de participação. A taxa de desemprego é a quantidade de pessoas desocupadas entre aquelas que participam do mercado de trabalho. Em outras palavras, os que não buscam emprego não são considerados na estatística de desemprego. Nas doze leituras da PNAD Contínua até fevereiro de 2020, período anterior à pandemia, a taxa de participação foi, em média, de 63,6%. Na leitura mais recente, referente a agosto/23, a taxa de participação alcançou 61,8% (Gráfico 2). Nos períodos mais críticos da pandemia, o risco de contágio e o fornecimento de auxílios emergenciais explicaram a queda da participação. No entanto, mesmo após a retomada da "normalidade", a população em idade ativa está menos participativa no mercado de trabalho. Assim, a taxa de desemprego corrente está mais baixa do que o contrafactual em que a taxa de participação volta ao período pré pandemia. Diante disso, fizemos também a análise da versão de diferença

considerando a taxa de ocupação(população ocupada / população em idade ativa), conforme descrita na equação 3.

Gráfico 2: Taxa de participação
PEA em % da PIA, por trimestre móvel

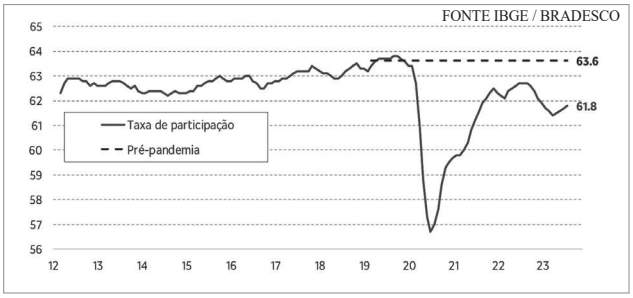


Tabela 1: Coeficientes de Okun para cada versão
Pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários

FONTE: BRADESCO

	Coeficiente de Okun	R^2
Versão de hiato	-0.78	77.7%
Versão de diferença	-0.40	51.3%
Versão de diferença com taxa de ocupação	0.32	33.9%

Os coeficientes de Okun que melhor se ajustam aos dados para cada versão estão resumidos na Tabela 1. A versão de hiato sugere que, para cada ponto percentual de PIB acima de seu nível potencial, a taxa de desemprego recua, em média, 0,78 ponto percentual abaixo de seu nível natural. Por sua vez, a versão de diferença indica que para cada ponto de expansão do PIB, o desemprego cai, em média, 0,4 ponto percentual. Já a versão de diferença com taxa de ocupação ao invés de desemprego aponta que o crescimento de 1 ponto percentual de PIB é acompanhado pelo aumento médio de 0,32 ponto percentual da taxa de ocupação. Os sinais dos coeficientes estão dentro do esperado.

Gráfico 3: Lei de Okun na versão de hiato
Hiato do desemprego em função do hiato do PIB

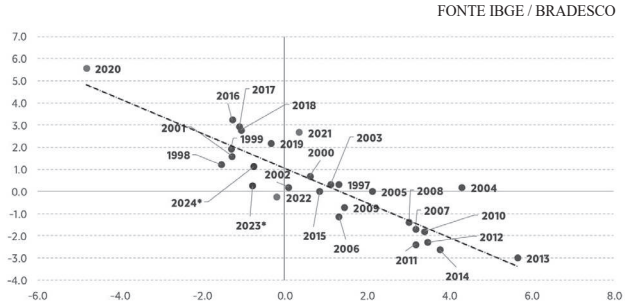


Gráfico 4: Lei de Okun na versão de diferença
Variação do desemprego em função do crescimento do PIB

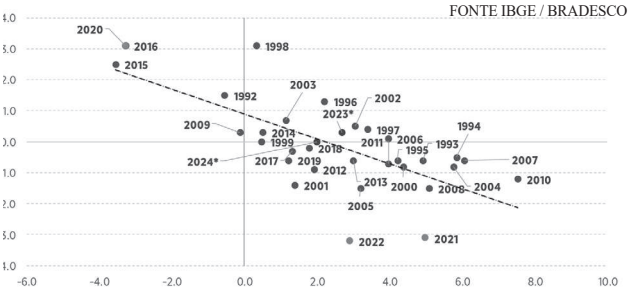
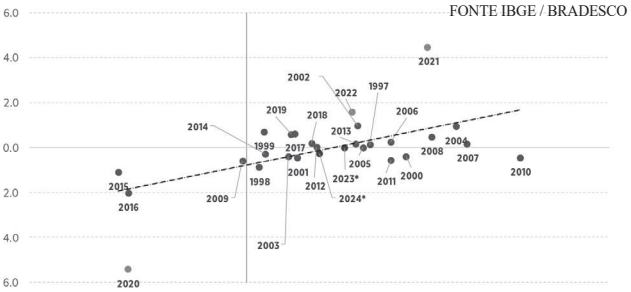


Gráfico 5: Lei de Okun na versão de diferença com taxa de ocupação
Variação da taxa de ocupação em função do crescimento do PIB



Os Gráficos 3 a 5 detalham a relação do produto e do emprego sob as diferentes versões. Destacamos os anos de pandemia (2020 a 2022) e as nossas projeções para 2023 e 2024. Nas versões de diferença, a relação é significativamente distorcida no período pandêmico. A queda de 3,3% do PIB em 2020 é compatível, pela Lei de Okun, com o aumento 1,3 ponto percentual da taxa de desemprego. No entanto, foi observado o aumento de 3,1 pontos percentuais. De maneira similar, a contração do produto no período deveria ter sido acompanhada pela queda de pouco mais de 1 ponto percentual da taxa de ocupação, de acordo com o coeficiente da terceira versão utilizada, mas o valor observado foi de -5,4 pontos percentuais. Nesse caso, vale destacar que a crise provocada pela pandemia teve características muito particulares quando comparada às anteriores, já que não teve origem na própria economia e impactou de maneira não linear os setores. Já a versão de hiato indicava aumento de 3,7 p.p. da taxa de desemprego acima do nível natural, ante aumento de 5,6 p.p. observado. Nos anos de recuperação, também podemos notar o desvio em relação à relação padrão. Nas versões de diferença, a queda do desemprego (ou o aumento da taxa de ocupação) foi mais expressiva do que o sugerido pela Lei de Okun, compensando a distorção observada em 2020.

Fonte: DEPEC Bradesco.

ANPD divulga modelo simplificado para o tratamento de dados em Pequenas Empresas

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou o modelo de registro simplificado para operações de tratamento de dados pessoais destinado aos Agentes de Tratamento de Pequeno Porte (ATPP), abrangendo pequenas empresas. Esse modelo simplificado inclui apenas os campos essenciais necessários para que a Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD possa receber, se necessário, informações básicas desses agentes para o exercício de suas atividades de fiscalização.

O documento apresenta 8 (oito) campos que devem ser preenchidos, incluindo informações de contato da instituição, categorias de titulares de dados pessoais, dados pessoais coletados, compartilhamento de dados, medidas de segurança adotadas, período de armazenamento dos dados pessoais, detalhes sobre o processo, finalidade e hipótese legal para o tratamento, além de espaço para observações. Adicionalmente, o documento fornece um modelo contendo instruções para o correto preenchimento dos campos.

A ANPD emitiu o modelo de registro em conformidade com o Regulamento de Aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) destinado aos Agentes de Tratamento de Pequeno Porte (ATPP), datado de 27 de janeiro de 2021, através da Resolução CD/ANPD nº 2.

A medida é de extrema importância, pois oferece às pequenas empresas soluções mais acessíveis, simplificando o processo de adequação à LGPD. Nesse aspecto, a ANPD possibilita que as empresas possam estar em conformidade com a LGPD mesmo com recursos limitados.

O Regulamento, de acordo com o artigo 9º, estipula que o ATPP tem a opção de cumprir a obrigação de elaboração e manutenção do registro de suas operações de tratamento de dados pessoais de maneira simplificada. Além disso, o parágrafo único desse artigo estabelece que é obrigação da ANPD fornecer o modelo para o preenchimento simplificado desse registro.

Diante deste novo cenário, a Data Protection Brasil se destaca como a parceira ideal para empresas em busca de soluções eficazes e confiáveis para a adequação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Com o comprometimento em oferecer as melhores soluções do mercado, a Data Protection Brasil auxilia as organizações a garantirem a conformidade com as regulamentações de proteção de dados, promovendo uma cultura de privacidade e segurança, essenciais para o sucesso comercial na era da proteção de informações sensíveis.

Imagem: Dreamstime

RIO : 7 DIFERENCIAIS NA ECONOMIA.

- Na indústria do turismo, é o cartão de visita do Brasil e da América do Sul.
- É o maior produtor de petróleo do Brasil, com 80% do que o país explora.
- Sede das 3 principais sociedades de negócios do Brasil: Petrobras, Vale e BNDES.
- Líder nas áreas de tecnologia e inovação.
- A participação do Estado do RJ no PIB nacional é de 11,2%.
- Tem um povo inteligente, alegre e trabalhador.
- BKR, única com sede no Rio de Janeiro, entre as sete maiores empresas de Auditoria do Brasil.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 600 escritórios em 80 países.

33 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Stellantis confirma plano de investimentos e novo modelo ao governador do Rio de Janeiro

- Encontro entre a empresa e o Governo foi marcado pela apresentação do novo modelo Citroën C3 AirCross, a ser produzido no Polo Automotivo Stellantis de Porto Real
- Stellantis confirma continuidade do ciclo de investimentos de R$ 2,5 bilhões até 2025 em Porto Real
- Antonio Filosa, presidente da Stellantis América do Sul, reafirmou o compromisso da empresa com o desenvolvimento da indústria automotiva fluminense

O presidente da Stellantis para América do Sul, Antonio Filosa, se reuniu hoje com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para confirmar a continuidade dos investimentos no Polo Automotivo de Porto Real, em ciclo de aportes que alcança R$ 2,5 bilhões até 2025. O presidente da Stellantis também apresentou ao governador e outros membros do governo o novo Citroën C3 AirCross, modelo que começa a ser produzido em breve em Porto Real. O encontro reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento industrial do setor automotivo do Rio de Janeiro.

"O Polo Automotivo Stellantis de Porto Real é estratégico para o futuro de nossa empresa e para o desenvolvimento de uma mobilidade sustentável e acessível. Suas instalações receberam importantes investimentos nos últimos anos e, além disto, os sistemas e equipamentos de produção do Polo Automotivo estão totalmente atualizados com as melhores referências tecnológicas globais da Stellantis, enquanto os colaboradores estão capacitados e reúnem as competências e talentos necessários para impulsionar o crescimento da unidade de Porto Real", destacou Antonio Filosa.

A planta de Porto Real é uma das unidades produtivas da Stellantis no Brasil, de um total de cinco fábricas instaladas na América do Sul. A planta automotiva do sul fluminense receberá um novo ciclo de investimento de R$ 2,5 bilhões até 2025. O montante é destinado ao desenvolvimento de novos produtos, Pesquisa&Desenvolvimento e modernização das instalações, sistemas e equipamentos da unidade industrial.

Desse total investido, R$ 330 milhões foram aplicados no desenvolvimento de uma variante da plataforma CMP, que dispõe de grande flexibilidade e está apta para ser utilizada em modelos de diversas marcas da Stellantis, sendo também compatível com motorização térmica, híbrida e elétrica. A plataforma será a base para a continuidade da inovação do grupo e coloca o Polo Automotivo Stellantis de Porto Real em condições técnicas de produzir veículos híbridos, adotando a recém-anunciada tecnologia Bio-Hybrid.

A plataforma CMP é a base do projeto C-Cubed, que designa nova família de veículos composta por três modelos. O primeiro a ser lançado foi o novo Citroën C3, pioneiro na nova plataforma e sucesso de vendas, sendo vencedor de prêmios como Melhor Carro Nacional (Car Magazine, 2022), Melhor Carro Urbano do Mundo (World Car Awards, 2023), entre outros. O próximo modelo a ser lançado será o novo Citroën C3 AirCross, que foi apresentado ao governador nesse encontro. A família se completa com um terceiro modelo que está em desenvolvimento e representará incremento de produção no Polo nos próximos anos.

"Além disso, com as inovações e investimentos recentes, o Polo Automotivo Stellantis de Porto Real está preparado para receber modelos das diversas marcas que compõem a Stellantis. É uma planta estratégica para o desenvolvimento do grupo na América do Sul", afirma Antonio Filosa.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Operando em Porto Real desde 2001, o Polo Automotivo Stellantis recebeu, desde 2011 até o ano passado, mais de R$ 7,6 bilhões em investimentos, e contribui para a expansão da indústria na região, sendo responsável por 1,7 mil empregos diretos na planta. A instalação da linha de produção de veículos e de motores contribuiu para a atração de fornecedores, com destaque para empresas de autopeças e para prestadores de serviços essenciais para o processo produtivo e preservação da qualidade de trabalho e condições dos empregados na operação da Stellantis.

O Polo Automotivo Stellantis de Porto Real demandou, no ano passado, R$ 3,3 bilhões em componentes e insumos para produzir sua linha de veículos. Cerca de 40% desta demanda foi atendida por fornecedores instalados no estado do Rio de Janeiro, demonstrando o impacto positivo e estruturante da operação automotiva sobre a economia fluminense.

Com vocação exportadora, o Polo Automotivo Stellantis de Porto Real também dinamizou a utilização de portos e aeroportos do estado para as operações de exportação, importação e desembaraço aduaneiro de máquinas e equipamentos. Desde o início de suas operações, o Polo já exportou mais de 355 mil unidades, principalmente para

países da América Latina. Esse desempenho garantiu o Prêmio de Eficiência Logística do Rio Galeão pela quarta vez esse ano, além de tantas outras condecorações ao longo da história do Polo de Porto Real, como as 15 premiações pela Firjan de maior exportador do Estado do Rio de Janeiro para o Mercosul.

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

Além de dinamizar a economia local, a presença da Stellantis no sul fluminense tem significativo impacto social. Educação, cultura e bem-estar são os três pilares que sustentam a Escola Formare Stellantis. O projeto se iniciou na unidade em 2008 e já formou 10 turmas de jovens no curso profissionalizante de Assistente de Operações Automotivas Industriais. O principal objetivo desse projeto é desenvolver e capacitar profissionalmente jovens de 17 anos em situação de vulnerabilidade econômica e social da região em que está instalada a fábrica da Stellantis, além de contribuir para reforçar os seus valores morais e sociais. A escola é fruto de uma parceria entre a Stellantis e a Fundação Iochpe, sendo reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura.

Os funcionários da Planta Stellantis de Porto Real têm papel fundamental para a formação destes jovens, pois a empresa abriu espaço para que atuem, durante seu horário de trabalho, como educadores voluntários dos alunos. No total, mais de 50 funcionários exercem esta tarefa, desenvolvendo suas competências e participando diretamente desta importante ação de responsabilidade social.

"Entendemos que a educação sempre será a melhor opção para o futuro de qualquer jovem, e a presença deles no ambiente cotidiano da empresa é um diferencial deste projeto na sua preparação para o mercado de trabalho. Dessa forma, poderão vivenciar o dia a dia e o funcionamento de uma fábrica antes mesmo de começarem sua vida profissional. Para nós, da Stellantis, o aprendizado é a base para o desenvolvimento de qualquer pessoa e, por isso, investimos tão fortemente nesse projeto", destaca Glauber Fullana, vice-presidente de manufatura da Stellantis para a América do Sul.

Outra iniciativa que a empresa apoia com muita convicção é o Programa Dupla Escola Stellantis, SEEDUC, SENAI Rio e RioSolidario, um convênio entre a Stellantis e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), que conta com a participação do RioSolidario e do SENAI Rio. A Stellantis realizou as reformas necessárias de infraestrutura para a aplicação do Programa Dupla Escola. Dessa forma, o CIEP 493 (Centro Integrado de Educação Pública) [LL1] passou a funcionar também como Escola Técnica, proporcionando a um grupo de alunos da própria instituição – selecionados por um critério de desempenho escolar – uma formação profissionalizante. O programa já atendeu mais de 300 alunos nos últimos anos.

Ao fazer da educação um pilar de sua atuação social, a Stellantis reconhece a importância de estimular simultaneamente o desenvolvimento econômico e social. É assim que todos crescem de modo sustentável.

BIO-HYBRID

A nova tecnologia de motopropulsão híbrida Bio-Hybrid, desenvolvida no Brasil, combina energia térmica flex e eletrificação. São três plataformas que poderão ser adotadas de modo flexível na gama de marcas e produtos, constituindo diversas soluções acessíveis de transição para uma mobilidade sustentável. Ainda, a tecnologia Bio-Hybrid é de aplicação flexível e pode equipar vários modelos produzidos pela Stellantis. É compatível com as linhas de produção das três plantas da empresa – Betim (MG), Porto Real (RJ) e Goiana (PE). Assim, se enquadra também na estratégia multirregional de produção a Stellantis.

"O Bio-Hybrid faz parte da rota tecnológica da mobilidade acessível e sustentável adotada pela Stellantis. Queremos potencializar as virtudes do etanol, como combustível renovável, cujo ciclo de produção absorve a maior parte de suas emissões, combinando a propulsão à base do biocombustível com sistemas elétricos", afirmou Antonio Filosa, destacando também os ganhos de eficiência e economia de combustível trazidos pelos sistemas de propulsão elétrica. "É uma oportunidade de reindustrialização e de reconfiguração da indústria nacional de autopeças, que é diversificada, complexa e muito importante para a economia brasileira", observa.

O desenvolvimento das novas tecnologias de hibridização está em linha com o plano estratégico de longo prazo da Stellantis, Dare Forward 2030, que prevê a descarbonização de processos e produtos da empresa até 2038, com redução das emissões em 50% já em 2030.

1ª transação Yuan ⇄ Real

Uma operação comercial entre o Brasil e a China foi feita pela primeira vez em circuito fechado com as moedas locais, com transações financiadas e liquidadas em yuan e convertidas diretamente para real.

- A notícia foi divulgada pelo Banco da China Brasil SA, subsidiária do quarto maior banco estatal chinês.
  O negócio: uma exportação de celulose da Eldorado Brasil, empresa de São Paulo com representação em Xangai, na China.

- O embarque foi feito em agosto do porto de Santos para o de Qingdao, e a finalização da transação em moeda brasileira aconteceu em 28 de setembro.

O acordo aconteceu graças à criação em março de uma "Clearing House" (câmara de compensação), uma instituição bancária que permite o fechamento de negócios e a concessão de empréstimos entre os dois países sem que o dólar tenha que ser usado.

Outros grandes exportadores brasileiros, como a Suzano e a Petrobras, também estudam a possibilidade de exportar para a China pulando a etapa de conversão ao dólar. Os executivos dizem que a demanda vem dos importadores chineses.

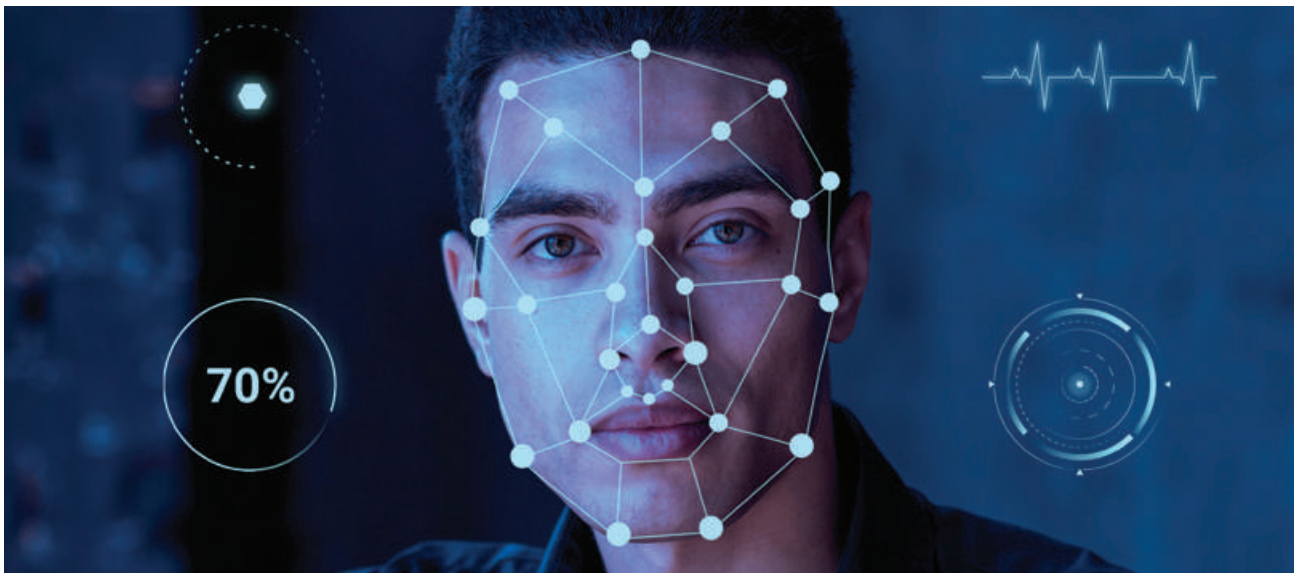
Por que importa: além de a China ser o maior parceiro comercial do Brasil, o presidente Lula (PT) tem defendido alternativas ao dólar, hoje a principal moeda adotada em transações entre países.

A divisa americana é impactada por uma série de variáveis que às vezes fogem do controle do Brasil –ontem (3), por exemplo, o dólar superou os R$ 5,15 impulsionado por apostas de mais juros nos EUA.

Apesar do incentivo chinês às transações envolvendo yuan, os economistas acham difícil que a moeda substitua a americana como a principal em transações envolvendo grandes economias.

Para um economista do FMI ouvido pela Folha em abril, seria preciso alterar as estruturas que sustentam o dólar no centro do câmbio global, algo considerado muito difícil, ao menos no curto prazo.

Unicórnio americano desembarca no Brasil para reduzir fraudes



A Incode, startup americana de identificação digital e prevenção de fraudes avaliada em US$ 1,2 bilhão, está abrindo um escritório no Brasil, mercado em que atua desde 2021 e já possui como clientes Nubank e Rappi.

Ela chega ao país para disputar uma briga de pesos-pesados, competindo inclusive com um unicórnio (startup avaliada em US$ 1 bi) local, a Unico.

O principal foco dessas empresas está em prevenir fraudes no setor financeiro, que registrou em 2022 uma tentativa de roubo de conta digital por minuto, segundo dados da AllowMe, que também atua na área.

"O Brasil sempre foi um mercado prioritário e a gente sentia a necessidade de ter uma operação aqui, para entender as necessidades locais", disse à FolhaMercado Viviane Freitas, gerente da operação brasileira da Incode.

- O escritório paulista será o quarto da startup, que além do Vale do Silício (EUA) está na Sérvia e no México, o país do fundador, Ricardo Amper.

Incode: fundada em 2015, a idtech se tornou um unicórnio em 2021, quando levantou US$ 220 milhões em uma série B liderada por Softbank e General Atlantic.

- Para se destacar da forte concorrência por aqui, a startup aposta na tecnologia feita dentro de casa e abastecida com IA, que promete reduzir as fraudes em 99%.

- Um de seus principais serviços é a prova de vida, que certifica junto a dados do governo a identidade da pessoa que está tentando abrir uma conta.

- Ela consegue identificar se há uma tentativa de se passar por outra pessoa com uma foto ou um filtro de câmera, por exemplo.
  O uso de ferramentas de identificação digital é cercado de questionamentos sobre seu potencial de reprodução de preconceitos e outros vieses dos humanos que as desenvolvem.

- Como a tecnologia é nossa, não contratada de um terceiro, conseguimos constantemente treinar nossos modelos para minimizar esses problemas", diz a representante da Incode no Brasil.

Assessoria jurídica desde o início?

Descubra por que a sua startup precisa de uma assessoria jurídica desde o planejamento.

A assessoria jurídica desde o planejamento do projeto é indispensável em qualquer empreendimento, e com as startups não poderia ser diferente. Com um modelo inovador e tecnológico, mais do que nunca as startups exigem, desde a sua criação, uma assessoria jurídica de qualidade, a fim de evitar problemas jurídicos desnecessários.

Todo empreendedor, na criação do seu negócio, vislumbra onde quer chegar, e o planejamento estratégico é a ponte que leva o empreendimento a sair da ideia e chegar ao objetivo final, o sucesso. Entretanto, para sair na frente dos concorrentes o líder do projeto deve criar ações inovadoras e assertivas, sendo essencial a assessoria jurídica para que a startup alcance os objetivos empresariais traçados.

Em ascensão, as startups apresentam ao mercado serviços e produtos disruptivos que se adequam rapidamente as demandas do cotidiano, em tese, para alcançar lucros mais altos do que as empresas tradicionais. Contudo, estudos apontam que, mais de 50% das startups fecham as portas antes mesmo de completarem 1 ano de atuação, e você sabe a principal causa? Exatamente a falta de assessoria jurídica no planejamento prévio!

As inúmeras mudanças ocorridas no cenário empresarial nacional, "obrigaram" as empresas à adoção de medidas de controle de conduta, através da implementação de práticas de governança corporativa, de um código de ética e de um programa de compliance. E isto vale para todas as esferas: fiscal, contábil, ambiental, financeira, trabalhista.

Na esfera trabalhista, o grande número de ações promovidas por trabalhadores, requerendo vultuosas indenizações por assédio moral, sexual e danos morais decorrentes, além de uma efetiva fiscalização do Ministério Público do Trabalho, comprovam a necessidade de as empresas adotarem normas de Compliance trabalhista.

Convém lembrar que com a Lei n.º 14.457/2022 as empresas estão obrigadas a tomarem medidas preventivas e repressivas quanto às questões de assédio sexual no ambiente de trabalho. Deste modo, fica claro que as empresas precisam estabelecer programas internos para evitarem lesões aos direitos dos empregados e as consequentes indenizações. Contudo, o programa apenas terá efetividade se for de acordo com as normas contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e feito com regras claras e assimiláveis facilmente, devendo ser fiscalizado constantemente.

Com essa nova visão empresarial de gestão e a implementação dessas normas de conduta, a produtividade e os lucros aumentarão (eis que um ambiente saudável, estimula a produção e o desempenho) diminuindo consideravelmente a distribuição de ações na esfera trabalhista. Ademais, as empresas ganharão a credibilidade por parte dos clientes, funcionários, investidores e inclusive dos magistrados.

E se a sua startup ainda não visualizou o planejamento jurídico como uma ferramenta primordial, ainda dá tempo de mudar isso. Análise de riscos, estrutura societária, elaboração de termos e acordos, consultoria jurídica nas relações de trabalho, desenvolvimento de estratégia de compliance e governança corporativa são apenas alguns serviços que a advocacia preventiva pode oferecer ao empreendimento.

Pensando nisso, ano passado a BRG Advogados criou uma divisão especializada em auxiliar e assessorar startup's: a Startup.Mate.

A Startup.Mate foi pensada e desenvolvida para auxiliar o empresário na tomada de decisões, especialmente naquelas que tangem aos aspectos jurídicos preventivos. Por tanto, se você quer evitar dores de cabeça e caminhar para o sucesso, conte com a assessoria especializada da Startup.Mate, nós seremos seus aliados na busca de resultados.

Converse conosco e veja como podemos te ajudar!

Marcus Vinicius L. R. Gonçalves

SP+Digital: cidade de São Paulo reconhece o trabalho dos influenciadores digitais

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, participou da premiação dos influenciadores digitais, com Gustavo Pires, presidente da SPTuris, e Marcelo Mugnaini, diretor da Roda Rico

Entre mais de 200 inscritos foram selecionados 33 perfis que divulgam a agenda de eventos, a gastronomia, a cultura e o turismo da capital paulista nas redes sociais; encontro marcou o início da comemoração dos 470 anos da cidade

O prefeito Ricardo Nunes participou na terça-feira (22) da premiação de 33 dos principais criadores e influenciadores digitais que divulgam a vida cultural, gastronômica, os eventos e o turismo da cidade de São Paulo nas redes sociais. Todos receberam o troféu SP+Digital, iniciativa da São Paulo Turismo (SPTuiris – empresa municipal de eventos e turismo), como forma de reconhecer o trabalho desses profissionais.

O projeto começou a ser desenvolvido no ano passado e, no primeiro trimestre de 2023, teve a adesão de mais de 200 influenciadores interessados. Para chegar ao grupo selecionado foram considerados o histórico das publicações, o engajamento de público, a temática principal e o número de seguidores.

No encontro, realizado na Roda Rico, o prefeito Ricardo Nunes ressaltou o crescimento de 33% no número de turistas que visitaram a capital nos últimos doze meses. “Temos potencial para crescer muito mais. A iniciativa de vocês de divulgar a nossa cultura, gastronomia e turismo é fundamental para mostrar a cidade e trazer mais gente para conhecê-la”, disse o prefeito.

O evento de premiação serviu também para o início das ações do aniversário da capital paulista. A data oficial é 25 de janeiro, porém este ano a intenção é deixar de ser apenas uma celebração oficial de um dia.

“Queremos que a sociedade civil, como os centros e institutos culturais, os coletivos, os museus, as associações de classe e os produtores de eventos apresentem sugestões, ampliando a oferta, não se limitando apenas ao dia do aniversário”, afirma Gustavo Pires, presidente da SPTuris.

“Em uma cidade tão diversa não precisamos ficar restritos aos eventos oficiais, organizados apenas pelo poder público. Temos que estimular a criatividade, incentivar a participação de todos em uma festa que pode e deve durar muito mais que um dia. Vamos fazer uma agenda temática, a SP470”, disse Pires.

Há 70 anos, Getúlio Vargas criava a Petrobrás

FOTO: AGÊNCIA PETROBRÁS

"Os dois maiores inimigos da Petrobrás são a desinformação e o preconceito", Hélio Marcos Pena Beltrão (1916-1997), três vezes ministro, presidente da Petrobrás (1985-1986) e autor do primeiro Plano Básico de Organização da Empresa (1954).

A Petrobrás que completa 70 anos neste 3 de outubro está muito diferente daquela que legou ao Brasil, como presidente da República, Ernesto Geisel. As falácias a respeito da empresa e do produto com que ela trabalha, formaram um véu de fantasias, de conceitos inteiramente divorciados da realidade, que se fica pasmo como alguém ainda pode acreditar nas mídias, até mesmo em teses acadêmicas, financiadas pelos que têm interesse em demolir a empresa e excluir o petróleo das fontes primárias de energia.

Como relata José Augusto Ribeiro, em "A História da Petrobrás", sua criação foi cercada de intensas campanhas oposicionistas, que prosseguiram até o suicídio de Getúlio Vargas e continuam ainda hoje. No entanto, a Petrobrás foi a quinta empresa estatal de petróleo criada na América Latina. Antes houve a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), na Argentina, em 1922; em 1938, a PEMEX, no México; a chilena Empresa Nacional del Petróleo (ENAP), em 1950, e na Venezuela, a estatização da estadunidense Tropical Oil Company, em 1951.

O PETRÓLEO

Petróleo (óleo e gás natural), sob a análise química, é substância natural constituída por vários compostos orgânicos, especialmente hidrocarbonetos. Alguns dos hidrocarbonetos encontrados no petróleo são: metano (CH_4), butano (C_4H_{10}) e octano (C_8H_{18}). Hidrocarboneto significa a mistura de moléculas de carbono e hidrogênio. O petróleo é menos denso do que a água e nela insolúvel, contém grande quantidade de hidrocarbonetos alifáticos (não apresenta anéis de benzeno em sua estrutura), alicíclicos (apresentam cadeias carbônicas abertas, contendo ou não insaturações) e aromáticos (contêm um anel de benzeno em suas moléculas), e pode incluir ainda componentes metálicos, como níquel e vanádio.

O petróleo é formado pela transformação da matéria orgânica em querogênio, e preservada, no interior de rochas denominadas geradoras, submetidas a pressões e temperaturas, em subsuperfície, por milhões de anos.

Destas rochas, ele migra para a superfície se não encontrar, no caminho, barreira selante, rochas que o aprisionem em trapas, que podem ter origem estrutural ou estratigráfica, são os reservatórios, ou seja, rochas que contenham em seus poros o óleo e o gás que constituem o petróleo.

Petróleo, óleo e gás natural, é fonte fóssil e não renovável de energia. Outras fontes fósseis são o carvão mineral e as areias betuminosas. Há sentido político quando se distingue petróleo e gás natural, com o interesse em manter as ainda indispensáveis fósseis como fonte primária de energia. Além destas, e também não renovável, está a energia nuclear, obtida pela fissão dos átomos de urânio. Pesquisa-se a fusão nuclear, só se transformou em fonte de energia em pesquisa laboratorial.

Além dessas, existem as fontes renováveis de energia: hídrica (energia da água dos rios), solar (energia do sol), eólica (energia do vento), biomassa (energia de matéria orgânica), geotérmica (energia do interior da Terra) e oceânica (energia das marés e das ondas).

Quando se opta por determinada fonte de energia verifica-se sua garantia de suprimento; por exemplo, a energia eólica pode não estar disponível por falta de ventos, e a solar não se obtém à noite. Também as tecnologias disponíveis para construção e manutenção dos equipamentos indispensáveis a sua produção e distribuição. Obviamente, o custo das obtenções de cada fonte é importantíssimo pois possibilitará a mais ampla ou mais restrita utilização.

O consumo de energia, conforme as fontes, é bom exemplo dos custos e benefícios que se obtém de cada uma. A fonte mais usada no mundo é o petróleo, 52% - 31% sob a forma líquida (óleo) e 21% de gás natural. Seguem-se, por ordem, o carvão mineral (29%), a biomassa (10%), a nuclear (5%) e a hídrica e outras (2% cada).

No Brasil, a abundância de cursos d'água e a permanente insolação por todo País permitem que a matriz energética seja mais renovável do que a mundial com 25% de biomassa e 12% de hídrica, o petróleo é a mais utilizada fonte, 49% (óleo – 36% e gás natural – 13%). O carvão mineral colabora com 5% e a energia nuclear com 2% e há 7% de diversas outras fontes, como a queima de vegetais e matérias industriais, que revelam nossa regressão desenvolvimentista desde 1980.

PETROBRÁS – OS PRIMEIROS 35 ANOS

A Petrobrás começou a ser criada com a Revolução de 1930. Naquele movimento, o Brasil, os brasileiros, e não seus tutores e colonizadores estrangeiros, assumiram a governança nacional.

O Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado pelo art. 4º do Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, diretamente subordinado ao Presidente da República, era composto por Presidente e de oito Conselheiros. O primeiro presidente foi o general Júlio Caetano Horta Barbosa. Em 1939, foi descoberto petróleo, na região de Lobato, em Salvador (BA), pelos pesquisadores Oscar Cordeiro e Manoel Inácio Bastos, sob jurisdição do CNP.

O governo Vargas, complementando a criação do CNP, assinou o Decreto-Lei nº 3.236, de 7 de maio de 1941, conhecido como Código do Petróleo. Assim entregava à União o domínio imprescritível das reservas encontradas em território brasileiro. O Conselho Nacional do Petróleo foi o único órgão responsável pelas questões relativas à indústria do petróleo até 1953.

Em 3 de outubro de 1953, é promulgada a Lei nº 2004 e criada a sociedade anônima de economia mista Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás. Seu primeiro presidente foi o então coronel Juracy Montenegro Magalhães, de 2 de abril de 1954 até 2 de setembro de 1954, nomeado por Getúlio Vargas, falecido em 24 de agosto de 1954. Seguiram-se o engenheiro brasileiro Arthur Levy (11/09/1954 a 01/02/1956) e seis civis e militares brasileiros até 1964, quando golpe de estado instaurou governos militares no Brasil até 1985.

O período militar está ainda muito próximo de nosso tempo e tem suscitado mais ataques e defesas apaixonadas do que a análise histórica e política de seu contexto e suas realizações.

Não foram as mesmas forças externas que levaram ao 31 de março de 1964 e ao governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Quem aplicou o golpe de 1964 foram os capitais industriais dos Estados Unidos da América (EUA) que, então, administravam o país e sua geopolítica.

O Brasil crescia desde Getúlio Vargas, construía sua indústria e a nova capital para ocupar efetivamente todo o território nacional. Também fazia do trabalho um parceiro do desenvolvimento, o que desagradava os setores mais retrógrados da sociedade brasileira. Assim, setores brasileiros aliados ao interesse estadunidense, sob o falso clima de guerra fria ideológica, juntaram-se para o golpe de 1964.

Mas logo se insurgiram os capitais industriais e de outros setores brasileiros, majoritariamente paulistas, que aplicaram na sucessão do marechal Castelo Branco o primeiro golpe dentro do golpe, que governou então o País, de 1967 a 1979. Ao fim do governo Geisel ocorre então, já com as forças do capitalismo financeiro, o segundo golpe dentro do golpe de 1964, o na sucessão em 1979, que coloca na presidência João Figueiredo, o filho do revoltoso de 1932 contra Vargas, general Euclides de Figueiredo.

O capitalismo financeiro torna-se o poder no Brasil e aprofunda este poder após a promulgação do decálogo "Consenso de Washington" (1989) e passa a presidir as sucessões presidenciais, em 1985 e após, e o golpe de 2016.

Vejamos o que ocorre na Petrobrás de Getúlio Vargas a José Sarney.

A mais controvertida decisão adotada, em 1955, foi o convite para o geólogo estadunidense Walter K. Link (1902–1982) viesse estruturar a atividade de exploração de petróleo no Brasil e a gerenciasse. Havia a expectativa que aquele profissional, geólogo chefe da Standard Oil Company, tendo trabalhado na Venezuela, Colômbia, Equador e Costa Rica, revelasse as reservas que se esperavam na Amazônia, no Recôncavo Baiano e na Bacia Sergipe-Alagoas.

No entanto, em seu Relatório, ele não colocou sua competência profissional em risco e afirmou que, à luz do conhecimento geológico da época, as bacias terrestres brasileiras não teriam óleo suficiente para abastecer o país e que a Petrobrás deveria investir no conhecimento das bacias marítimas.

E, realmente, com as bacias terrestres, a produção nacional de petróleo jamais superou 220 mil barris diários (bpd). O Relatório da Agência do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis informa que os campos marítimos produziram 96,9% do óleo e 80,8% do gás natural, em janeiro de 2021, no total de 2 milhões e 873 mil bpd e 136 milhões de m³/dia de gás natural (Boletim nº 125, janeiro/2021).

Da mesma fonte, tem-se que os Campos operados pela Petrobrás, em consórcio ou não, produziram 93,3 % do óleo e gás natural. E aqueles exclusivamente pela Petrobrás produziram 41,5% do óleo e gás natural.

Os governos sobretudo dos generais Emilio Médici e Ernesto Geisel, procuraram desenvolver a Petrobrás em todos os campos nos quais se expandiam as empresas petroleiras multinacionais. Criaram, então, as subsidiárias.

A Petroquisa, autorizada pelo Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967. A BR Distribuidora veio a ser constituída em janeiro de 1972, herdando todo o acervo da Petrobrás a custo zero. A Braspetro, em 1971, para explorar petróleo no exterior, com a reconhecida capacidade tecnológica dos profissionais da Petrobrás. A Interbrás, em 19 de fevereiro de 1976, para aproveitar as compras e negociações com petróleo no exterior e exportar produtos brasileiros. A Petrofértil, em 23 de março de 1976, para atuar na área de fertilizantes e a Petromisa, em 1978, para aproveitar o conhecimento da geologia brasileira e complementar, com a extração de cloreto de potássio, adubo químico, em Sergipe, a gama de fertilizantes oferecidos pela Petrobrás à agricultura brasileira.

Muitas subsidiárias se associaram com capitais privados e se expandiram fazendo com que o período de 1967 até 1975 fosse cognominado de Milagre Brasileiro.

Estes sucessos tecnológicos, econômicos e de expansão do Brasil para além de suas fronteiras não devem, no entanto, ocultar a ação de parte do governo em repressão injustificável, com assassinatos, desaparecimentos e, o que é mais repugnante, de tortura por agentes públicos (militares, policiais e civis funcionários do Estado) que constituem, mais do que crime, verdadeiras deformações da personalidade.

Ao fim do ciclo de governos militares, a Petrobrás era responsável por grande parte do desenvolvimento brasileiro, por levar o nome do Brasil pelo mundo, como país detentor de tecnologia própria, e que tinha seus profissionais requisitados por governos estrangeiros e contratados por entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), para o assessoramento nas áreas de petróleo e energia.

PETROBRÁS – OS ÚLTIMOS 35 ANOS

A Petrobrás teve, em seus 70 anos, 42 presidentes: oito até o golpe de 1964, nove nos governos militares, e 25 após a "redemocratização".

Vê-se que a continuidade administrativa, encontrada nos primeiros 35 anos, não teve prosseguimento nestes últimos 35 anos. Muitas razões podem ser aventadas. Ousamos propor que seja inerente ao modelo neoliberal financeiro.

O modelo que nos submete, colonialmente, desde 1988, ou seja, no período da vigência da Constituição atual, que teve, nas 128 emendas, males ainda maiores, possibilita o afastamento da realidade nacional e das aflições de quase a totalidade do povo, na aprovação de planos, orçamentos,

criação de subsídios e, principalmente, na solução dos problemas. Tudo se resume a quem, quanto e quão rapidamente ganhará, sendo o segmento financeiro o grande privilegiado, que por artifícios, todos legais ou legalizados nas jurisprudências, recebe mais da metade dos impostos coletados no Brasil.

Neste período a Petrobrás encontrou no poder seus maiores e mais fortes inimigos e nos governantes, nos melhores momentos, mais incompreensão e indiferença do que defesa.

Prevalece na população a desinformação e preconceitos criados pela pedagogia colonial. Veja simples exemplo: dividem-se estatísticas, gestões, análises, em petróleo e gás, como se fossem elementos distintos, quando são apenas estados físicos, líquido e gasoso, nos quais os hidrocarbonetos, elementos formadores de ambos, se apresentam. Seria como distinguir diferenças intrínsecas entre a água e o gelo, por estarem em corpos sólido, um, e líquido, o outro, os átomos de oxigênio e hidrogênio.

Petróleo e gás natural são o mesmo. Mas por que então esta divisão?

O petróleo, o produto com o qual a Petrobrás trabalha, e a própria Empresa são atacados pelas finanças apátridas, como se lê neste trecho da entrevista do professor da Universidade de Uppsala, Brett Christophers, ao jornalista Derek Seidman, da Truthout, na tradução de Antonio Martins para o site Outras Palavras:

"DS: Você aponta como os gerentes de ativos capturaram grande parte de nossa infraestrutura. E é provocativo ao dizer que "a transição dos combustíveis fósseis para os renováveis também representa uma transição para a sociedade de administração de ativos". Você pode elaborar essa afirmação?".

"BC: Uma coisa que quase nunca se fala em relação à transição energética é o que isso significa em termos de propriedade. A infraestrutura de energia baseada em combustíveis fósseis foi, em todo o mundo, mais ou menos dividida entre o setor público e o setor privado. Empresas estatais são as grandes proprietárias de reservas de combustíveis fósseis. Mas, no Ocidente, o Estado está ausente das instalações de energia limpa. É algo que ficou, em sua maior parte, nas mãos do setor privado".

"Por isso, à medida que fazemos a transição da energia fóssil para a verde, estamos migrando, nas condições atuais, para o tipo de infraestrutura predominantemente de propriedade privada. Isso não deveria ser surpreendente. A propriedade privada tornou-se o padrão para a governança neoliberal nos últimos 30 ou 40 anos, quando a transição para a energia verde começou".

"Em todo o mundo, usando várias formas de incentivos, os governos contam com o setor privado para construir infraestruturas de energia verde. E onde, no setor privado, está a maior parte do capital para investimento? Nas administradoras de ativos. Elas têm o maior capital disponível para realizar esse investimento".

"Por exemplo, a Brookfield Asset Management, sobre a qual escrevo, é uma das maiores proprietárias de ativos de energia limpa de qualquer tipo. Se for aos bosques da Suécia, onde moro, e vir um parque eólico, são muito altas as chances de que a BlackRock seja a proprietária".

"Assim, na medida em que fazemos a transição de combustíveis fósseis para energia limpa, também estamos cada vez mais transitando para o que chamo de "sociedade gestora de ativos". E precisamos ter muito cuidado com isso. Quando as administradoras de ativos são proprietárias da infraestrutura, os resultados geralmente não são bons para a sociedade".

"Além disso, ao contar com o setor privado em geral e com os gestores de ativos, em particular, para conduzir a transição energética, estamos de fato contando com o contínuo subsídio do Estado a esses investimentos. As administradoras de ativos são avessas ao risco. Quando se trata de energia limpa, eles esperam que os Estados reduzam o risco desses investimentos com subsídios — exatamente como, por exemplo, o governo Biden fez, nos EUA, por meio da Lei de Redução da Inflação. Ao vincular as sociedades a subsídios de longo prazo à energia limpa de propriedade das administradoras de ativos, o setor público está assumindo grande parte do risco sem qualquer recompensa" (publicado em Outras Palavras, em 07/07/2023).

A Petrobrás sofre com esta mudança de poder e, consequentemente, tudo que ela já fez e poderia prosseguir fazendo, ou seja, promover o desenvolvimento integral do Brasil, construindo tecnologias nacionais para solução dos nossos problemas, gerando empregos qualificados e aumentando a renda brasileira.

Dois momentos nestes 35 anos foram especialmente maléficos à Petrobrás e ao povo brasileiro: os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e os seis anos após o golpe de 2016.

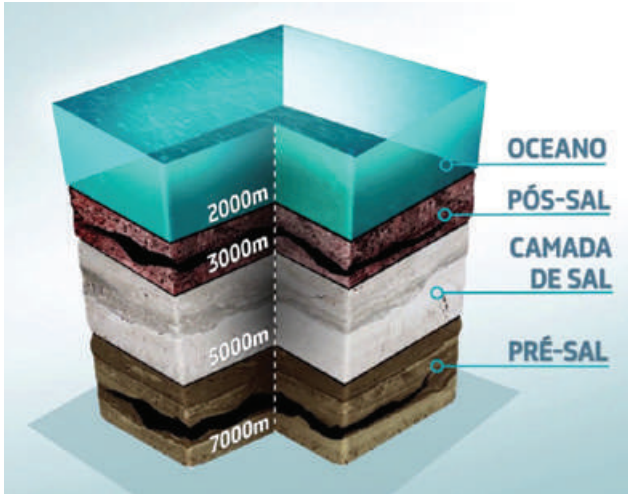
FHC é o tipo de político que proliferou após a "democratização". Conduzido pelas finanças apátridas, sem qualquer restrição à alienação das riquezas e da soberania brasileira, adota o discurso de minorias identitárias, assume posturas de esquerda, mas todas suas ações apenas beneficiam os capitais financeiros apátridas, aqueles que o professor Brett Christophers denomina, em sua entrevista, "administradores (ou gestores) de ativos".

Apenas um exemplo demolidor. A Petrobrás, desde o Plano Básico de Hélio Beltrão (1954), foi organizada como o foram, quase universalmente, as "empresas de petróleo", pelos grandes segmentos do negócio – *upstream* e *downstream* – e pelos serviços que lhes dão suporte. No upstream estão as atividades para descoberta e produção de petróleo, no downstream aquelas para transformar o petróleo bruto em derivados e comercializá-los. Nos serviços está a importantíssima pesquisa e desenvolvimento – P&D – e a economicamente relevante atividade do transporte, com navios, dutos (oleodutos e gasodutos) e terminais.

Com a assessoria de empresa estrangeira, a direção da Petrobrás, durante o governo FHC, transformou a Petrobrás em "empresa de negócios", fracionando a necessária integração dos dois grandes segmentos do negócio do petróleo, o único objeto social da Empresa.

"Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953: Art. 6º A Petróleo Brasileiro S. A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo proveniente de poço ou de xisto - de seus derivados bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins".

O passado da Petrobrás ainda se fez presente em 2006, com a descoberta da imensa reserva de petróleo no pré-sal, a camada abaixo do sal na subsuperfície do piso oceânico no mar continental brasileiro. Além de poder explorar a faixa de quase 400 km de largura, ao longo dos seus 7.500km de litoral, o Brasil ainda tem exclusividade sobre áreas localizadas até 1 500 km do continente, graças a pequenas porções de



terra, como os arquipélagos de Trindade e Martim Vaz, que pertencem ao país.

Não apenas consolidou a autossuficiência em petróleo, como passou a dispor de reservas que a mantivessem por décadas. Verdadeira carta de garantia da soberania energética brasileira. Porém que fazem os capitais apátridas, com os maus brasileiros que o defendem e os auxiliam em nosso País? Dão um golpe jurídico-parlamentar, colocando servidores das finanças no poder, como ocorria entre 1995 e 2002. Ou seja, para o rentismo dos juros, tudo; para o povo brasileiro, nada.

E a "transição energética", com todas suas falácias, aproveita a Petrobrás, organizada como empresa de negócios, para a vender fatiada: uma reserva de petróleo aqui, um duto com terminal ali, uma subsidiária acolá, uma refinaria, um pedaço do pré-sal, porque a empresa adquirente não tem a competência tecnológica para operá-la sem a Petrobrás, e assim, esvaziando e alienando este patrimônio dos brasileiros, pelo qual gerações se empenharam em construir e foram exitosas, passa a render para as "administradoras de ativos", residentes em paraísos fiscais.

E o Brasil, ao fim de 70 anos, volta a ser o país colonizado em termos de energia: sem decisão sobre o petróleo e sem decisão sobre a hidreletricidade.

Ao invés de entoar os parabéns, melhor seria ouvir um réquiem. E lutar para que a Petrobrás volte a ser a empresa de petróleo, do poço ao posto.

Fonte: AEPET Associação dos Engenheiros da Petrobras

Aprovado no Senado o "Marco Legal do Stock Option"

*Guilherme Champs e Gabriel Amon**

Foi aprovado no Senado Federal, em 22 de agosto de 2023, o Projeto de Lei nº 2724/2022 ("PL 2724"), conhecido como "Marco Legal do Stock Options", de autoria do senador Carlos Portinho (PL- RJ), que tem como objetivo a regulamentação das Stock Options.

As Stock Options são os planos de outorga de opção de compra de quotas/ações de uma sociedade a um valor predeterminado, usualmente mais vantajoso em relação ao valor de mercado daquela quota/ação. Tais planos caracterizam um meio de alinhamento de interesses entre a companhia e o colaborador justamente por incentivar o atingimento de objetivos em comum dentro de um determinado prazo, definidos previamente pelo board.

Pela falta de legislação sobre o tema, a Receita Federal tem lavrado autos de infração contra companhias e pessoas físicas participantes dos planos de Stock Option, por entender que a diferença positiva entre o preço de exercício das opções de compra e o valor de mercado das quotas/ações no momento do exercício estaria sujeita à tributação do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) e à incidência das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, por ser rendimento do trabalho.

O PL 2724 visa erradicar a insegurança jurídica existente no momento da utilização das Stock Options determinando a sua natureza mercantil, rejeitando expressamente o entendimento de que seja rendimento de trabalho e a possibilidade de incidência de IRRF e encargos trabalhistas e previdenciários.

Ainda, o referido projeto de lei determina alguns fatores necessários ao plano de opção de compra de quotas/ações, como (i) existência de onerosidade no exercício da compra; (ii) período mínimo de 12 meses para o exercício da compra (vesting); e (iii) prazo mínimo para venda das quotas/ações adquiridas via Plano de Stock Option (lock-up), de 12 meses salvo determinação contrária pela companhia.

No tocante à tributação, o PL 2724 indica que haverá o recolhimento do imposto de renda por parte do beneficiário, no momento que ocorre a venda das ações adquiridas por meio do Plano de Stock Option, se por acaso cause algum lucro na operação.

Apesar do avanço relevante se aprovado o PL 2724, um aspecto negativo é a sua omissão para os casos de evento de liquidez de uma sociedade, que deveriam servir como exceção ao prazo de vesting previsto.

O projeto de lei segue agora para a Câmara dos Deputados, dispensando a etapa do plenário, por se tratar de um projeto iniciado no próprio Senado.

**Sócio e associado sênior da prática societária do Champs Law.*

ZF inicia fornecimento seriado de produtos para primeiro ônibus elétrico fabricado no Brasil

- Acordo com Marcopolo inaugurou o fornecimento de produtos ZF para veículos elétricos fabricados no Brasil
- Entre os equipamentos estão o compressor exclusivo para veículos elétricos, E-comp e os amortecedores Air Spring
- Perspectivas de vendas são positivas, baseadas em políticas de incentivo à mobilidade sustentável e à redução da emissão de poluentes adotadas por prefeituras

A ZF iniciou neste semestre o fornecimento seriado de produtos para o primeiro ônibus elétrico produzido no Brasil. O acordo com a Marcopolo foi específico para o modelo Attivi Integral, lançado em 2021 com produção iniciada no segundo semestre de 2022. Esse acordo inaugurou o fornecimento de produtos ZF para ônibus elétricos fabricados no Brasil. Entre os produtos fornecidos estão o compressor exclusivo para veículos elétricos, E-comp, produzido em Hannover, Alemanha, e os amortecedores Air Spring, produzidos pela unidade industrial da ZF na Argentina.

De acordo com Silvio Furtado, Vice-Presidente de Soluções para Veículos Comerciais e Tecnologia Industrial na ZF América do Sul, há perspectivas positivas de volume de fornecimento desses produtos, uma vez que algumas prefeituras ao redor do País têm adotado políticas de incentivo à mobilidade sustentável e à redução da emissão de poluentes, o que inclui a exigência ou incentivo à circulação de ônibus elétricos nas cidades".

Em São Paulo, por exemplo, há o programa "Ônibus Elétrico Zero Emissão", que visa substituir gradualmente a frota de ônibus convencionais por ônibus elétricos. A meta é que, até 2028, todos os ônibus da cidade sejam elétricos. Além das capitais Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis, que também possuem planos de expansão de frotas elétricas. "A expectativa é que a produção voltada para o novo Attivi Integral supere 100 unidades/ano, o que é um bom resultado, considerando que a frota de ônibus elétricos ainda é pequena no País", prevê.

Os produtos fornecidos para a Marcopolo passaram por testes de validação, além de calibrações exclusivas para aplicação no novo ônibus, que tem 13,25 metros de comprimento, capacidade total para 89 passageiros e autonomia de cerca de 250 quilômetros. São equipamentos ideais tanto para ônibus na configuração de piso baixo como para modelos de piso alto. O E-comp da ZF foi desenvolvido exclusivamente para veículos elétricos, enquanto os amortecedores Air Spring também encontram aplicação em veículos movidos à combustão.

Para Ricardo Portolan, diretor de Operações Comerciais Mercado Interno e Marketing da Marcopolo, "o ônibus elétrico já é uma realidade nos principais mercados do mundo para uma mobilidade sustentável e a meta de descarbonização. Escolhemos a ZF como parceira para fornecer sistemas para o Attivi Integral pela expertise que a fabricante possui como tradicional fornecedora global de sistemas para veículos comerciais pesados e pela qualidade e confiabilidade de seus produtos", analisa.

Produtos de última geração estão presentes nos novos ônibus da Marcopolo

O E-comp é um equipamento que proporciona a utilização ideal do trem- de-força elétrico, favorecendo a emissão de um ar mais limpo, graças à menor circulação de óleo no sistema. Além disso, desliga automaticamente para economizar energia quando o ar não é necessário. O conjunto é formado por um compressor, motor elétrico e bomba de óleo.

O compressor de ar elétrico mantém o sistema de freio abastecido com ar comprimido para garantir uma frenagem eficiente e segura. Além disso, é responsável por manter a pressão adequada nos amortecedores pneumáticos, para que seja possível ajustar a rigidez e altura da carroceria do ônibus, o que traz maior conforto aos passageiros. O compressor E-comp também pode ser utilizado para alimentar outros acessórios e dispositivos internos no Attivi Integral, como portas pneumáticas, elevadores para cadeiras de rodas, sistemas de ar-condicionado, sistemas de informação aos passageiros, entre outros acessórios que necessitam de ar comprimido para funcionar. "Em resumo, o compressor de ar elétrico desempenha um papel fundamental no sistema de freio, suspensão e operação dos acessórios internos de

um ônibus elétrico, garantindo segurança, conforto e o funcionamento adequado do veículo", explica Silvio Furtado.

Os amortecedores Air Spring, considerados premium em conforto, conseguem ler mecanicamente o tipo de estrada que o veículo está percorrendo e, assim, oferece maior estabilidade e segurança para o veículo. Trata-se de um produto utilizado em caminhões pesados e ônibus top de linha, em que o conforto se torna item fundamental para melhorar a produtividade da operação. Os amortecedores são aplicados entre o chassi e a cabine e também entre o chassi e os eixos.

Outros sistemas exclusivos da ZF para veículos comerciais elétricos

A ZF possui em seu portfólio drivelines elétricos para veículos comerciais com peso total permitido de até 20 toneladas. Os componentes CeTrax lite e os modelos CeTrax 318 ou 336 tem como diferencial a estrutura integrada do sistema de tração central elétrico, que reúne um motor elétrico, uma unidade eletrônica, inversor e uma transmissão.

Além dos drivelines elétricos, ZF é detentora da tecnologia presente no eixo elétrico AVE 130, que possui dois motores assíncronos refrigerados com água em cada roda, com potência individual de 125 kW, ou seja, ao todo 250 kW, o que corresponde a 340 cavalos de potência.

A instalação do eixo elétrico AVE 130 não exige mais espaço do que um eixo pórtico convencional, o que significa economia para as montadoras, já que não precisam desenvolver plataformas específicas para as soluções de eletromobilidade. O eixo elétrico pode ser combinado com praticamente todas as fontes de energia, como baterias, supercapacitores, células de combustível e linha elétrica superior, sem contar que é perfeitamente adequado a conceitos híbridos seriais e versões plug-in.

Fundos de investimentos: nova tributação e regulação

*Felipe Dias, Gustavo Arbach e Lucas Bizzo**

O ano de 2023 tem sido marcado por grandes mudanças legislativas nas mais diversas áreas, situação que carrega um desafio adicional para reguladores e empresas num período já conturbado. Isso não foi diferente para o mercado financeiro, setor cuja alteração regulatória, há tempos, vem sendo estudada e acompanhada de perto pelas autoridades – especialmente por conta do financial deepening. Soma-se a isso, a necessidade de caixa para o Governo Federal, que persegue uma meta de arrecadação audaciosa, visando o equilíbrio fiscal no país e uma política de gastos públicos mais expansionista.

Nesse contexto, foram editadas normas, tanto regulatórias quanto tributárias, com o propósito de consolidar a regulação de fundos – o que se chamou de marco regulatório dos fundos de investimentos – e aumentar o alcance do come-cotas (IRRF) sobre determinados veículos de investimento que, atualmente, contam com diferimento do imposto.

Na parte regulatória, produzindo efeitos desde 2 de outubro, a Resolução CVM nº 175, estabelece um novo marco, que busca modernizar o arcabouço regulatório atinente aos fundos de investimento, sistematizando e regulamentando às inovações trazidas pela Lei de Liberdade Econômica, bem como consolidar as suas regras em um único normativo, contando com uma parte geral aplicável a todas as categorias e uma parte especial que regula os Fundos de Investimento Financeiros (FIF) e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

A norma trouxe diversas modificações que ganharam repercussão, considerando os seus impactos na atuação dos fundos, como é o caso da temática referente à classe de cotas. Agora, os fundos poderão estabelecer classes de cotas com direitos e obrigações diferentes, com a constituição de patrimônios segregados, o que não era autorizado. Isso implica dizer que as estruturas de investimento que, anteriormente exigiam a combinação de vários fundos, podem agora ser consolidadas em um único fundo com múltiplas classes.

Além disso, outras modificações vêm sendo discutidas, como a responsabilidade limitada aos cotistas; a insolvência civil para fundos de investimento; reconhecimento da prestação de serviços essenciais pelos gestores; flexibilidade na governança; criação de fundos socioambientais; flexibilização das regras de investimento para FIF; limitação da alavancagem para FIF; abertura para investidores do público em geral em FIDC; necessidade de registro de recebíveis em FIDC; além de outra modificações do novo marco em FIDC, como a dispensa para gestores, consultores e administradores em relação a créditos, dispensa de rating para cotas de FIDC para investidores qualificados, e outras alterações, onde gestor poderá contratar terceiro para validar o lastro dos direitos creditórios.

Cabe destacar que, a Resolução CVM nº 175/22 já foi alterada pela Resolução CVM nº 184, em 31/5/23, que introduziu outros nove anexos, a fim de reger os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimento em Índice de Mercado (ETF), Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS), Fundos de Investimento na Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE), Fundos Mútuos de Ações Incentivadas (FMAI), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), Fundos Previdenciários e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Projetos de Interesse Social (FIDC-PIPS).

Os Fundos deverão se adaptar às alterações até 31/12/24, com exceção dos FIDC e FIDC-NP, cujo prazo é de até 1/4/24. As disposições referentes à taxa máxima de distribuição e aquelas relativas ao estabelecimento de limites para os FIF em relação ao risco de capital, entrarão também em 1/4/24. Para adaptação dos fundos, vemos desafios relativos a necessidade de novos arranjos comerciais, operacionais e o desenvolvimento de novos protocolos, com os processos deles decorrentes

Já na questão da tributação, foi publicada ao final de agosto a MP 1184/23, em que se propõe o fim do diferimento da tributação de rendimentos em fundos fechados, que, em regra, passarão a se sujeitar ao regime de come-cotas, tal qual os fundos abertos.

Com a mudança, o come-cotas (IRRF) incidirá em maio e novembro de cada ano, sobre o rendimento semestral, com

alíquota de 15% (fundo de longo prazo) ou 20% (fundo de curto prazo), sendo devido o IRRF complementar no resgate, amortização ou alienação, lembrando que o ganho na venda de cotas de fundos é sujeito às alíquotas regressivas (22,5% a 15%).

Além disso, a MP trouxe previsão de tributação dos rendimentos acumulados por fundos fechados – estoques – até 31/12/23, com alíquota de 15%, cujo recolhimento poderá ser realizado em cota única até 31/5/24 ou em 24 cotas mensais atualizadas (SELIC) a partir de 31/5/24.

No caso de pessoas físicas residentes no Brasil, reduz-se para 10% o IR sobre o estoque, caso opte-se pela antecipação do recolhimento do tributo. Para isso, a PF deverá recolher o imposto devido sobre os rendimentos acumulados até 30/6/23, em quatro parcelas mensais de 12/23 a 3/24; e do segundo semestre de 2023, até 6/24, à vista.

Ficaram excluídos da tributação periódica os (i) FIP que sejam classificados como "entidade de investimento" (existência de estrutura de gestão profissional, no nível do fundo ou de seus cotistas) e que cumpram os seguintes requisitos de regulamentação da CVM; (ii) FIA que detenham, pelo menos, 67% em ações (ou ativos equiparados) efetivamente negociados em bolsa e (iii) ETF regulados pela CVM, com cotas negociadas em bolsa ou balcão organizado e que não seja de Renda Fixa. Essas regras também são válidas aos FOF (Fundos de Fundos).

Também estão fora da nova tributação os FII e FIAGRO; FIPs e FIEE (Lei nº 11.312/06); FIP-IE e FIP-PD&I (Lei nº 11.478/07); Fundos de investimento de que trata a Lei nº 12.431/11; Fundos detidos exclusivamente por cotistas não residentes (art. 97 da Lei nº 12.973/14); Fundo de investimento em títulos públicos federais detido exclusivamente por cotistas não residentes (art. 1º da Lei 11.312/06); e as ETFs de Renda Fixa (Lei nº 13.043/14).

Alerta-se que, para os FII e FIAGRO, foi estabelecido que, a partir de 1/1/24, a isenção de rendimentos será válida apenas para fundos que possuam, no mínimo, 500 cotistas e cujas cotas sejam efetivamente negociadas em bolsa ou balcão organizado.

Por fim, especificamente para as situações em que os fundos possuem sua natureza de holding ou não apresentem os requisitos necessários à sua classificação como entidade de investimento, há a possibilidade de sua transformação em S.A., de maneira a preservar os rendimentos acumulados da tributação – dada a revogação, com efeitos apenas a partir de janeiro de 2024, do art. 50 da Lei 4.728/1965, devendo essa alternativa deve ser explorada caso a caso. É preciso aguardar a conversão da medida provisória em lei, especialmente com vistas as alterações que estão sendo discutidas no Congresso Nacional.

Felipe e Gustavo são sócios, respectivamente, da área tributária e societária no Arbach & Farhat Advogados. Lucas Bizzo é advogado da área societária do Arbach & Farhat Advogados.

ENS

Em setembro, a Escola de Negócios e Seguros (ENS) foi anunciada como vencedora da categoria "Instituição do Ano", na 47ª edição do prêmio "Destaques do Ano", promovido pelo Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ). O evento de premiação aconteceu no Clube da Aeronáutica, no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

A iniciativa homenageou personalidades, empresas e entidades que, no período 2022/2023, destacaram-se nas áreas de seguros de pessoas, saúde, previdência e capitalização.

O troféu, conhecido como Oscar do Seguro, foi recebido pela diretora Administrativo-Financeira da ENS, Paola Casado. "Estamos muito honrados e felizes pelo reconhecimento, nesta que é uma das mais tradicionais premiações do mercado de seguros. Aproveito para parabenizar a nova diretoria pela posse e desejar sucesso a todos! Contem sempre com a Escola!", declarou a executiva, após receber a estatueta das mãos da diretora-adjunta do CVG-RJ, Sonia Marra.

O evento marcou ainda a posse da nova Diretoria do CVG-RJ, com destaque para o presidente Edson Calheiros, que terá mandato de dois anos. O executivo assume o cargo em substituição a Octávio Perissé, que passa a ocupar a Presidência do Conselho Consultivo do Clube.

FOTO: RAFAEL WALLACE

A 47ª edição do "Destaques do Ano" também homenageou dois importantes nomes do setor. Lucio Marques, falecido recentemente, teve uma longa e brilhante trajetória no mercado, tendo presidido a Diretoria-Executiva e o Conselho Consultivo do CVG-RJ. O filho Fabrício e a esposa Glória receberam a placa em homenagem e discursaram emocionados.

O outro homenageado foi Roberto Santos, CEO da Porto e presidente do Conselho Diretor da CNseg. Impossibilitado de comparecer, Santos foi representado por Bruno Rocha, que recebeu a placa e leu mensagem do executivo

CAPITÂNIA

A Capitânia Investimentos liquidou hoje, dia 29 de outubro de 2023, a 5ª emissão do fundo de investimento de infraestrutura listado (CPTI11), que conta com coordenação da Galapagos Capital.

Ao todo, foram 10.000 investidores que aderiram a oferta, totalizando uma captação de R$ 285 milhões, que levou o fundo para um patrimônio líquido superior a R$ 730 milhões, e mais de 19 mil investidores.

A gestora alocou aproximadamente 95% dos recursos oriundos da emissão, encerrando o mês de setembro com uma carteira composta por 51 ativos, com exposição média de 1.9% por ativo, marcada a IPCA + 8.7% e com duration de 4.7 anos.

Com experiência de 20 anos em gestão de crédito privado, infraestrutura, imobiliário e agro, a Capitânia Investimentos possui R$ 23 bilhões de ativos sob gestão.

TAUIL & CHEQUER ADVOGADOS

O Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown assessorou a Hapag-Lloyd, empresa alemã líder global em transporte marítimo, na formação de uma joint venture com a Norsul, que fornecerá serviços de cabotagem, serviços de logística multimodal e operações de feeder para o mercado brasileiro.

A união da ampla gama de serviços prestados pela Hapag-Lloyd, que oferece soluções em logística multimodal e de transporte de longa e curta distância, à especialidade da Norsul em serviços de transporte doméstico e internacional de granéis secos e líquidos, representa um fator diferencial para a atuação de ambas no setor de transporte marítimo no Brasil.

A equipe foi liderada pelos sócios Christian Roschmann e Lilian Toscani, e contou com a participação dos sócios Francisco Todorov e Adriana Giannini, além dos associados Stefano Braga, André Pini e Felipe Pereira.

53% dos brasileiros dizem estar otimistas com as finanças em relação aos últimos anos, revela Serasa

◆ Pesquisa inédita compara o uso do dinheiro e os hábitos de finanças pessoais nos 27 Estados do país

◆ De acordo com o levantamento, brasileiros procuram crédito principalmente para pagar dívidas (35%), limpar o nome (21%) e pagar despesa inesperada (19%)

◆ 7 em cada 10 pessoas parcelam compras no Brasil, sendo que os parcelamentos com cartões de crédito de terceiros são os mais comuns (38%)

Os brasileiros afirmam estar mais otimistas (53%) e seguros (47%) em relação às finanças pessoais, em comparação com os últimos anos. Os dados foram divulgados pelo levantamento "Finanças Regionais: as diferenças na relação com o dinheiro entre os Estados do Brasil", realizado pela Serasa em parceria com a Opinion Box.

O Amazonas lidera o ranking de otimismo (65%). Já o Pará é o Estado que se diz mais seguro em relação ao dinheiro (55%).

O estudo da Serasa também analisou hábitos de organização e relação das pessoas com o dinheiro. 6 em cada 10 brasileiros (56%) têm o costume de realizar controle mensal das finanças. Anotações em papel (42%), verificação de faturas (33%) e acompanhamento online de extrato bancário (29%) são os métodos mais comuns.

Além disso, 31% dos brasileiros realizaram cursos de educação financeira e 55% afirmam que acompanham conteúdo de finanças nas redes sociais.

PARCELAMENTO E PROCURA POR CRÉDITO

Mesmo com o grande uso do PIX – método de pagamento mais popular do País –, o parcelamento de compras segue em alta entre os brasileiros. De acordo com o estudo "Relação com Dinheiro", realizado pela Serasa em parceria com a Opinion Box, 7 em cada 10 pessoas costumam optar por pagamentos parcelados.

A maioria das aquisições desse tipo é feita com cartão de crédito de terceiros (38%), principalmente nos Estados de Alagoas (50%), Pernambuco (47%) e Rio de Janeiro (47%). Boleto (27%) e crediário específico de lojas (24%) aparecem em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

O estudo também identificou quais fatores são levados em consideração antes de parcelar uma compra. 27% dos consumidores buscam esse tipo de pagamento porque não possuem o valor cheio em conta. Enquanto para 25% do público, a prioridade é verificar se há ou não cobrança de juros.

Parcelar compras por costume é uma realidade entre 25% dos entrevistados. Além disso, 24% afirmam que dividem as contas para conseguir comprar mais coisas e 23% dizem que preferem pagar valores diluídos ao longo do tempo.

O levantamento mostrou ainda que a busca por crédito é alta no Brasil. 52% dos consumidores procuraram essa alternativa no último ano. Pará (63%), Roraima (61%), Amazonas (57%), Mato Grosso do Sul (57%) e Goiás (57%) são os Estados que aparecem no topo da lista. Alagoas (46%), Paraná (47%) e Rio Grande do Sul (46%), por sua vez, foram os que menos procuraram crédito extra.

Para os que contratam, as opções mais procuradas são cartão de crédito (53%), empréstimo pessoal (48%) e crédito consignado (21%). Os principais objetivos são pagar dívidas (35%), limpar o nome (21%) e pagar despesa inesperada (19%).

Com o propósito de revolucionar o acesso ao crédito no Brasil, a Serasa oferece um ecossistema completo voltado para a melhoria da saúde financeira da população por meio de produtos e serviços digitais.

Transtorno bipolar: A importância da conscientização sobre como a doença se manifesta

Psicóloga do São Cristóvão Saúde comenta sobre o quadro, que pode ser influenciado por fatores genéticos e externos, com diversos impactos sobre a saúde mental

O transtorno afetivo bipolar, é uma condição psiquiátrica crônica que afeta o humor de uma pessoa, com episódios alternados de mania ou hipomania (fases euforia e depressão). Segundo um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (ABRATA), o transtorno bipolar afeta cerca de 140 milhões de pessoas no mundo, e os sintomas aparecem quase sempre antes dos 30 anos de idade - principalmente entre 18 e 25.

De acordo com a Psicóloga Susi S. Andrade, terapeuta cognitiva comportamental e especialista em saúde mental do São Cristóvão Saúde, o quadro envolve a combinação de fatores genéticos, influência do ambiente e química cerebral. "O indivíduo bipolar, pode apresentar episódios depressivos e maníacos que prejudicam sua vida em todos os aspectos, influenciando nas relações interpessoais". Durante um episódio de mania, é possível observar os seguintes sinais:

- Euforia intensa;
- Aumento de energia;
- Irritabilidade;
- Diminuição da necessidade de sono;
- Pensamentos acelerados;
- Fala rápida;
- Comportamento impulsivo;
- Busca por atividades de risco;
- Psicose, em casos de episódios de mania grave, incluindo delírios e alucinações.

De acordo com a Psicóloga, "já durante os episódios de depressão, a pessoa pode sentir-se triste, desesperançosa, sem energia, ter alterações no sono e no apetite, além de dificuldade de concentração, perda de interesse em atividades antes prazerosas e até mesmo ideação suicida".

Bipolaridade x Borderline

O transtorno bipolar e o transtorno de personalidade borderline são duas condições psiquiátricas distintas, mas podem compartilhar algumas semelhanças sintomáticas, como a impulsividade e alterações no humor. De acordo com Susi Andrade, entre as principais diferenças, "o paciente borderline tem uma instabilidade de humor, dificuldade em lidar com a rejeição. Existe nesse quadro o pensamento de necessidade de aprovação do outro. Já no transtorno bipolar, as fases de mania (euforia) e depressão podem ser mais longas e nem sempre relacionadas ao outro".

É possível apresentar os dois transtornos em comorbidade, ou seja, um paciente pode apresentar os dois quadros com sintomas que se sobrepõem. Porém, ainda de acordo com a psicóloga, para os dois transtornos há tratamento psicológico. Entre as sugestões da especialista, psicoterapia associada a medicamentos ajudam muito o paciente a ter melhor manejo dos sintomas e crises.

Uma avaliação cuidadosa por parte de um profissional de saúde mental qualificado é essencial para determinar o diagnóstico correto e o plano de tratamento adequado, afinal, cada pessoa é única e os sintomas podem variar. Um diagnóstico preciso é essencial para um tratamento eficaz, de forma a se obter uma compreensão clara e um manejo adequado dos sintomas.

Sobre o Grupo São Cristóvão Saúde

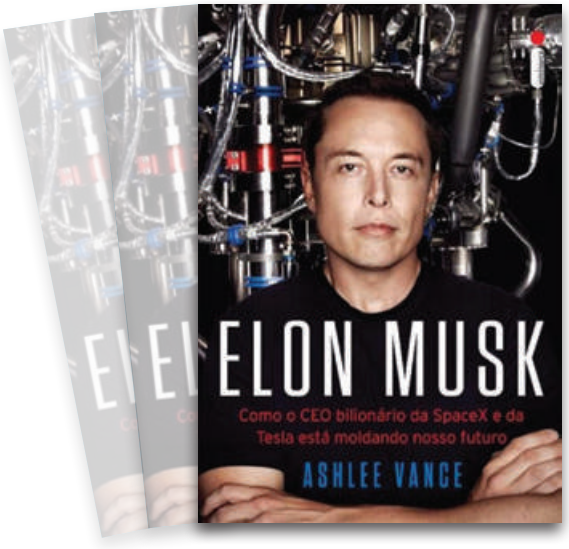
Administrado pela Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, o Grupo São Cristóvão Saúde possui 10 Unidades de Negócio, que englobam: Hospital e Maternidade, Plano de Saúde, Centros Ambulatoriais, Centro Cardiológico, Centro Laboratorial (CLAV), Centro Endogástrico (CEGAV), Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS I e II), Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP Dona Cica) e Filantropia. Referência em saúde, na cidade de São Paulo, a Instituição completou 111 anos em dezembro de 2022. O Grupo promove uma grande modernização e expansão em sua estrutura física e tecnológica, investindo em equipamentos, certificações e profissionais qualificados. Atualmente, o complexo hospitalar conta com 309 leitos, além de oito Centros Ambulatoriais, que realizam milhares de consultas, proporcionando qualidade assistencial às mais de 160 mil vidas do Plano de Saúde e 18 mil vidas do Plano Odontológico.

O Grupo São Cristóvão Saúde tem como Presidente/ CEO o Engº Valdir Pereira Ventura, responsável pelas Unidades de Negócio e, desde 2007, atuando à frente das decisões Institucionais.

Elon Musk, de Ashlee Vance

Elon Musk é o empresário mais ousado do nosso tempo. Ele é o homem por trás dos cobiçados esportivos elétricos da Tesla, dos painéis e baterias de energia popularizados pela SolarCity, dos foguetes espaciais da SpaceX, para não falar da X, o antigo Twiter.

Neste livro da **Editora Intrinseca**, o experiente jornalista de tecnologia Ashlee Vance apresenta um olhar inédito sobre a vida e as realizações inacreditáveis do homem mais audacioso do Vale do Silício.



GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Fortalecendo Vínculos: A comunicação dos novos líderes no desenvolvimento de talentos e na construção de uma cultura sólida

*Norma Mosic**

Como redefinir a comunicação para desenvolver talentos e fomentar a resiliência

Os líderes de hoje encaram um constante desafio: como desenvolver os talentos e construir uma cultura forte, com uma abordagem inovadora e estratégica? Para atingir esse objetivo, é fundamental compreender o poder da comunicação como uma ferramenta.

CEOs e líderes visionários estão cada vez mais conscientes do papel da comunicação na construção de equipes engajadas e no fortalecimento da cultura corporativa. Afinal, são eles os responsáveis por impulsionar a inovação, a produtividade e o crescimento sustentável das organizações. Assim, é preciso criar um ambiente propício para que esses talentos floresçam e se desenvolvam plenamente.

Com abordagem proativa e inspiradora, os novos modelos de liderança devem ser capazes de se comunicar de forma clara, empática e engajadora. Durante as lives que participo como mediadora pelo Normalize+ Leituras, clube de leituras online com foco em liderança e crescimento pessoal, é unânime entre os especialistas que gestos, palavras e exemplos se tornam ferramentas poderosas para transmitir valores, direcionar equipes e influenciar positivamente as novas gerações. A comunicação estratégica deve ser usada para transmitir objetivos compartilhados, fortalecendo os vínculos e fomentando um sentimento de pertencimento entre os colaboradores. Quando a comunicação é autêntica e transparente, criamos uma conexão emocional com os liderados, motivando-os a alcançar seu potencial máximo.

Somente com uma comunicação bem estruturada e eficiente, o líder pode transmitir de forma plena expectativas, fornecer feedbacks construtivos e reconhecer desempenhos, além de compartilhar estratégias. Abertos ao diálogo e colaboração, os gestores de sucesso promovem um ambiente colaborativo dinâmico e uma cultura forte de desenvolvimento.

Cada vez mais, sinto que a comunicação de um bom líder vai além de palavras: uma escuta ativa, empática, somada à capacidade de se adaptar às diferentes dinâmicas de interação entre equipes são pontos igualmente importantes. Ao desenvolver suas habilidades de comunicação como líder, você será capaz de identificar, reter e desenvolver talentos promissores em sua equipe, para crescimento tanto individual quanto coletivo.

Muitas pessoas me procuram após refletirem sobre como poderiam aprimorar sua comunicação para liderar com sucesso as novas gerações no mercado de trabalho. Com isso, surgiu o "Normalize+", uma rede de trocas de experiências profissionais, independente da área de atuação. Todo o projeto foi criado e aperfeiçoado com muito carinho aos profissionais que desejam tornar-se bons líderes e conectar-se com quem segue a mesma trajetória.

Convido você a explorar meus projetos e permitir-se superar suas metas, fortalecendo sua essência com confiança e determinação para alcançar o sucesso na vida. Acompanhe meu conteúdo no IGTV e no canal do Youtube e LinkedIn, onde abordo temas relevantes e promovo debates inteligentes - tudo preparado com dedicação exclusiva para líderes em busca de crescimento.

Sobre Norma Mosic

Com mais de 20 anos de experiência na gestão de departamentos jurídicos de grandes e médias empresas, hoje comanda o departamento jurídico da Janga Invest. Norma Mosic é graduada em Direito e pós-graduada "lato sensu", com o título de especialista, em Direito Empresarial pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e em Direito Comercial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. A executiva jurídica também é especialista em Direito Tributário pela SBDP – Sociedade Brasileira de Direito Público e em Administração Legal pela FGV – Fundação Getúlio Vargas.

Norma Mosic está à frente do Normalize+, projeto originado com o intuito de promover conversas e debates sobre pautas relevantes, inicialmente por meio do IGTV e depois no seu canal do Youtube. As temáticas, com foco pessoal e profissional, abrangem liderança, empreendedorismo, diversidade, inclusão e crescimento pessoal. Em 2023, a 2ª edição do clube de leituras conta com importantes parcerias, como cuja edição conta também com importantes parcerias, como Parada Advogados; Leite de Barros Zanin | LBZ Advocacia e Márcio Mendes, da MM Advogados e Jass Botanic.

Além do Normalize+, Mosic conduz o Podcast NA JANELA ao lado de Flávia Bortoluzzo, com um olhar apurado para atualidades dentro e fora do Direito.

**Advogada.*

CONFIANÇA É FUNDAMENTAL

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111
7° andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

25 anos sem crises bancárias

O Brasil está há quase um quarto de século sem uma crise bancária de grandes proporções – a última foi logo depois do Plano Real. Não foi apenas sorte: a economia foi atingida por grandes choques, incluídas a crise financeira global de 2008 e a grande recessão do governo Dilma. É quase um milagre que o sistema bancário tenha sobrevivido praticamente intacto, tirando casos isolados com bancos menores. O que fez a diferença foi a transformação da supervisão do Banco Central, que era arcaica no começo dos anos 1990 e, ultimamente, passou a ser citada por organismos multilaterais como um bom exemplo.

Essa história é contada num novo livro que acaba de sair, "As novas fronteiras da supervisão", de Paula Oliveira e Gilneu Vivan. São dois técnicos de carreira do Banco Central que tiveram acesso a fatos e documentos inéditos da área de supermercados, complementados por depoimentos de outros 66 funcionários e dirigentes. Eles expõem alguns dos conflitos internos e erros, sem restringir a narrativa ao lado heróico, como costuma ocorrer quando alguém escreve sobre a instituição à qual está vinculado.

A partir de 1996, o Banco Central decretou a intervenção extrajudicial de três dos sete maiores bancos do país: Econômico, Nacional e Bamerindus. Essas casas já tinham fragilidade no modelo de negócio, mas conseguiam sobreviver graças aos ganhos financeiros com a inflação alta. O banco Central teve a sua imagem abalada quando vieram à tona algumas fraudes. O Nacional, por exemplo, simulou receitas em empréstimos falsos em 600 contas fantasmas.

Os bancos brasileiros foram pioneiros no uso de tecnologia, mas até 1997 os fiscais do BC ainda faziam suas visitas de campo com planilhas gigantes de papel quadriculado. Os bancos tinham escaninhos para retirar os relatórios com as providências exigidas pelos fiscais. Era comum encrencarem com um ou outro detalhe formal, sem uma metodologia de análise formal, sem uma metodologia de análise que olhasse a viabilidade e a sobrevivência do negócio como um todo.

Poucas semanas antes da quebra do Econômico, os inspetores americanos haviam perguntado como estava banco brasileiro, que tinha operações nos Estados Unidos. O nosso Banco Central respondeu que estava tudo bem - e passou um vexame quando teve que fazer a intervenção. Os Estados Unidos exigiram que o Brasil fizesse uma inspecção nas 16 agências de bancos brasileiros em Nova York. Para o BC, foi uma oportunidade para aprender e trocar experiências.

Na mesma época, o Brasil entrou num programa com consultores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para capacitação dos supervisores e compra de equipamentos, como computadores portáteis.

Alvin Hoffmann, ex diretor de fiscalização do Banco Central, conta em depoimento no livro como os Estados Unidos serviram de inspiração para o começo da reforma da supervisão no Brasil, com a adoção do modelo das Inspecções Gerais Consolidadas (IGCs). "O Banrisul tinha uma agência nos Estados Unidos com quatro pessoas. Certa vez, chegaram sete inspetores para fiscalizar o banco. Não havia nem lugar para acomodar as pessoas. Eles faziam inspecção no fundo do detalhe. "O BC unificou a fiscalização, então dispersa nas suas delegacias regionais. E um batalhão com dezenas de supervisores passou a ocupar os bancos mais importantes, com computadores portáteis, acessando diretamente as bases de dados.

As IGCs ajudaram muito no treinamento dos supervisores brasileiros e permitiram fazer um raio X dos bancos que mereciam mais atenção, incluindo as instituições financeiras federais. "Um dos pedidos que havia feito ao presidente Fernando Henrique Cardoso antes de aceitar o cargo de presidente do Banco Central foi ter liberdade para fiscalizar os bancos públicos", conta o ex presidente do BC Armínio Fraga. Mas as IGCs eram inviáveis no longo prazo porque mobilizavam muita mão de obra e permitiam apenas checar a situação de cada instituição financeira em determinado momento. O Banco Central evoluiu para um sistema em que fiscais fazem a supervisão direta nos bancos e, na retaguarda, os funcionários analisam montanhas de dados, na chamada supervisão indireta.

No Brasil, os contratos de derivativos e outros ativos financeiros são registrados, e os fiscais do BC sabem quem está exposto a que tipo de risco. A fraude do Nacional levou o Banco Central a formar a sua pr´pria base de dados sobre empréstimos bancários. A partir de 1997, os bancos passaram a alimentar a Central de Risco de Créditos (CRC), que desde 2016 inclui operações a partir de R$ 200. Até então, os banqueiros trocavam figurinhas com outros banqueiros nas mesas de bar para descobrir quanto seus clientes haviam tomado emprestado em outros bancos. Hoje, está tudo registrado.

A CRC permitiu implantar, em 1999, um novo sistema de provisionamento que exige capital dos bancos para fazer frente a possíveis perdas a partir da avaliação de cada operação de crédito.

Todo esse aparato permitiu que o Brasil estivesse bem aparelhado para mapear e responder rapidamente aos riscos macroprudenciais, como na crise financeira mundial de 2008 e, mais recentemente, na pandemia. "A capacidade analítica e a abrangência da base de dados do Banco Central são impressionantes", disseram os técnicos do FMI, na sua avaliação sobre a estabilidade financeira do Brasil de 2018.

Essa não é uma história linear. Oliveira e Vivan relatam, no livro, algumas das brigas dos bastidores, como a disputa entre a supervisão direta e indireta, que precisou de um "armísticio". A independência do Banco Central, primeira de fato e depois em lei, foi para o fortalecimento da supervisão. Mas ainda falta a autonomia administrativa, sem a qual não há autonomia de fato. De 2009 para cá, o BC perdeu perto de 30% de seus quadros de funcionários, e desde 2013 não é realizado um concurso para repor a força de trabalho.

A supervisão do BC voltou a ser questionada no escândalo dos contatos com dólar futuro dos bancos Marka e FonteCidam, que mostrou que mesmo instituições de pequeno porte podem causar riscos sistêmicos e exigir o socorro com dinheiro público. Teve ainda os arranhões de problema dos bancos Santos e Pan.

Nenhuma supervisão bancária, porém, impede todas as quebras de bancos – se não houver uma falência aqui e ali, provavelmente a regulação é excessiva, impondo custos ao sistema bancário. Também não é garantia de que, no futuro será capaz de dar conta dos desafios. O livro termina com duas discussões do momento: o uso da inteligência artificial na supervisão bancária e os novos riscos das mudanças climáticas. São apenas dois exemplos de como, se não se adptar, a supervisão volta rapidamente a ficar arcaica.

*Publicado no jornal Valor dia 15/09/2023

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4º andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003
Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br
LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2023/2025 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Márcio João de Andrade Fortes*
Vice-presidente: *Jorge Saul Doctorovich*
Membros: *Gustavo Damázio de Noronha, Manuel Fernandes Rodrigues de Souza, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia*
Membros: *Gustavo Carvalho Pierotti e Roberto Bar*
Suplentes: *Andréa Gonçalves, Marcelo Fernando Nunes Magalhães e Carlos Reichmann Mader*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Carlos Eduardo Rosalba Padilha*
1º Vice-presidente: *Sérgio Burrowes Raposo*
Vice-presidente: *Fernando Potsch de Carvalho e Silva.*
Secretário Geral: *Marcos Chouin Varejão*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto e Sidney Rezende.

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Rosangela Cavalcante

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Proteínas ocupam quase metade de tudo que é consumido pelo brasileiro

Pesquisa da Kantar aponta que famílias reúnem, pelo menos, oito proteínas dentro de casa

Mesmo com 69% dos lares endividados, o brasileiro opta por aumentar as despesas com proteínas, porque ainda se trata de uma categoria considerada essencial. Tanto é que a cesta abocanha 34% dos gastos entre os bens de consumo massivo e ocupa 47,4% das ocasiões. Os números fazem parte de uma pesquisa da Kantar, líder em dados, *insights* e consultoria.

No acumulado de 12 meses até junho de 2023, a cesta faturou R$ 83 bilhões. Foram 60 milhões de lares compradores, que gastaram, em média, R$ 116,44 por mês. A retomada da ida ao ponto de venda em busca da cesta foi o grande impulsionador com os consumidores mais jovens (15% das aquisições foram realizadas pela faixa de até 29 anos) e das classes DE (25%), que mesmo não sendo os grupos mais relevantes, foram os responsáveis pelo incremento em volume e frequência de compra (alta de 8,8% ou 3,5 idas a mais do que no período anterior).

Em relação às variedades, as proteínas in natura concentram 68% do volume, com destaque para carne bovina (+0,5 p.p. em ocasiões de uso na comparação do segundo trimestre de 2023 com o mesmo período do ano anterior) e ovos (+0,4 p.p.). Entre os alimentos processados, os holofotes ficam para a mortadela (+0,7 p.p.). Independentemente do tipo, 21% das famílias contam com, pelo menos, oito proteínas simultaneamente dentro de casa.

É importante ressaltar também que as datas comemorativas influenciam as escolhas das proteínas. Nas festas de fim de ano, por exemplo, o peru cresce 1.493% em ocasiões, na comparação com o resto do ano. Na Páscoa, por sua vez, os destaques são peixes e frutos do mar, com alta de 131%.

Entre as razões que levam os brasileiros a comprar proteínas, as principais são sabor (+1,1 p.p em ocasiões), prazer (+1,8 p.p) e praticidade (+2,2 p.p.). Para cada um dos motivos, os consumidores buscam diferentes categorias e preparos. No primeiro, por exemplo, desponta o salame e o churrasco. No segundo, os frios de aves e os empanados. No último, o pão de queijo e os grelhados.

Há também uma retomada pelo consumo de proteínas fora do lar, principalmente no formato de salgados prontos, impulsionada pelos mais jovens e da classe AB. O café da manhã e o *snacking time* contribuíram para a categoria de salgados. Nas refeições principais, sanduíches e pratos se recuperam.

A Kantar é líder global em dados, *insights* e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados globais e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento.

NA ECONOMIA E NOS NEGÓCIOS
GANHA QUEM TEM FOCO.

LEXBRIDGE
FUSÕES & AQUISIÇÕES

55 21 99130-7919
novosnegocios@lexbridge.com.br
www.lexbridge.com.br

Os melhores rendimentos do mercado, rendem os melhores reconhecimentos.

Fundos Safra: mais uma vez, reconhecidos pelo Guia Valor.

Pela segunda vez consecutiva, fomos destaque em alta rentabilidade no Guia Valor de Fundos, que reflete os melhores produtos do mercado financeiro. Conheça alguns dos nossos produtos que foram escolhidos:

- **SAFRA VITESSE**
- **DEBÊNTURE INCENTIVADA**
- **SAFRA AGILITÉ**
- **S&P 500**

Invista no Safra.

Safra

QUEM SABE, SAFRA.

Autorregulação ANBIMA

Distribuição de Produtos de Investimento

AVISOS: Os fundos citados têm como Administrador: SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.947.853/0001-11; e como Gestor: SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA., , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.180.047/0001-31, Leia o Regulamento do fundo, o formulário de informações complementares, e a lâmina de informações essenciais, se houver. O investimento em fundos não é garantido pelo administrador, pelo gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC. Descrição do tipo Anbima disponível no formulário de informações complementares. Certifique-se se o produto é adequado ao seu perfil. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. Os critérios de avaliação do reconhecimento estão disponíveis em: https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2022/08/30/analise-inclui-universo-com-1-333-carteiras-e-historico-de-tres-anos.ghtml. Data-base: 30/10/2023. Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253 4455 (Capital e Grande São Paulo) e 0300 105 1234 (Demais localidades) - De 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)/ Proteção de Dados: 0800 772 5755. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 0800 772 4136. De 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h e sábado das 9h às 15h. Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800 770 1236. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 0800 727 7555 - De 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.